Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

SHEDDING LIGHT ON THE RELATIONSHIP BETWEEN PSYCHOPATHY AND SOCIAL DESIRABILITY

Marina Anjos

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor **Fernando Barbosa** (FPCEUP).

Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.
- Sophia de Mello Breyner Andresen

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se a ferramenta Claude para apoio na estruturação do texto e análises estatísticas. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

AGRADECIMENTOS

Em toda esta jornada houve pessoas que me permitiram chegar onde cheguei. Aqui, expresso todo o meu carinho por elas.

Aos meus amigos da *terrinha*, que fizeram questão de estar presentes em todas as etapas importantes desde a escola, chegar aqui sem eles seria impossível.

Aos meus amigos do Porto, que fizeram desta cidade uma *casa*.

A todos os envolvidos na recolha de dados, desde guardas prisionais a técnicos da prisão, um muito obrigada. Um agradecimento especial aos *Caríssimos* colegas de escritório e em especial à minha orientadora.

À Luiza, que me fez gostar ainda mais de psicologia, com quem partilho a minha vida e com quem pude contar desde o dia 1 da entrada no Mestrado, que fez do Porto casa e que me ajudou a ultrapassar todas as barreiras possíveis dentro e fora do contexto académico. À Bia, que me faz ver a vida com mais leveza, que é a primeira a estar de pé sempre que algum amigo concretiza um sonho. Ao Tiago, que ao longo deste último ano de Mestrado foi a pessoa que mais me ouviu e que mais embirrou comigo de "vai fazer a tese".

Um agradecimento especial ao Luís, que me deu força em todo o processo, que me acolhia sempre que as coisas não estavam tão bem, que foi *sol* quando mais precisei.

À minha mãe, a pessoa mais importante, que sempre me disse "vai filha, tu consegues" sempre que ambicionei mais e mais.

Por fim, um obrigada ao Prof. Fernando Barbosa pelas palavras sábias e por me acompanhar em todo o processo de dissertação.

Um bem-haja a todos!

Resumo

A psicopatia é frequentemente avaliada por autorrelato, cuja validade pode ser comprometida por respostas socialmente desejáveis. Este estudo analisou a relação entre os dois fatores da psicopatia e a desejabilidade social, a moderação pelo sexo e, exploratoriamente, pelo contexto, bem como diferenças nos níveis de psicopatia. Participaram 241 adultos portugueses (111 reclusos e 130 participantes da comunidade; 49.8% homens), que responderam à SRP-SF e à LSRP (psicopatia) e à MCSDS-SF e à EDS-20 (desejabilidade social). Controlando o contexto, o Fator 2 associou-se negativamente à desejabilidade social (r entre −.34 e −.41) e, contrariamente ao esperado, o Fator 1 também (r entre −.26 e −.45), não tendo o teste de equivalência apoiado a ausência de associação. O fator que sustentou a associação dependeu, porém, do instrumento: sobretudo o Fator 1 na SRP-SF e a psicopatia secundária na LSRP. Não se encontrou evidência de moderação da associação do Fator 1 pelo sexo, nem de diferenças entre contextos, embora com poder estatístico limitado. Os homens e os reclusos pontuaram mais alto em psicopatia, mas a dimensão que distinguiu os grupos variou com o instrumento: o Fator 2 na SRP-SF e a psicopatia primária na LSRP. Os resultados sugerem que a relação não se restringe ao Fator 2 e que as escalas de desejabilidade social poderão refletir traços adaptativos e não apenas enviesamento de resposta, pelo que devem ser usadas com cautela para corrigir pontuações de psicopatia. Ao combinar amostras forenses e comunitárias, importa controlar o contexto.

Palavras-chave: psicopatia, desejabilidade social, autorrelato, contexto forense, diferenças de sexo

Abstract

Psychopathy is frequently assessed through self-report, whose validity may be compromised by socially desirable responding. This study examined the relationship between the two psychopathy factors and social desirability, the moderating role of sex and, in exploratory analyses, of context, as well as differences in psychopathy levels. Participants were 241 Portuguese adults (111 incarcerated and 130 community participants; 49.8% men), who completed the SRP-SF and the LSRP (psychopathy) and the MCSDS-SF and the EDS-20 (social desirability). Controlling for context, Factor 2 was negatively associated with social desirability (r between −.34 and −.41) and, contrary to expectations, so was Factor 1 (r between −.26 and −.45); equivalence testing did not support the absence of an association. However, the factor carrying the association depended on the instrument: mainly Factor 1 on the SRP-SF and secondary psychopathy on the LSRP. There was no evidence that sex moderated the Factor 1 association or that associations differed between contexts, although statistical power was limited. Men and incarcerated participants scored higher on psychopathy, but the dimension distinguishing the groups varied by instrument: Factor 2 on the SRP-SF and primary psychopathy on the LSRP. The findings suggest that the relationship is not restricted to Factor 2 and that social desirability scales may reflect adaptive traits rather than response bias alone, so they should be used cautiously to correct psychopathy scores. Context should be controlled when combining forensic and community samples.

Keywords: psychopathy, social desirability, self-report, forensic context, sex differences

Índice

Introdução 1
Conceptualização da Psicopatia 1
Avaliação Psicométrica e o Problema do Enviesamento de Resposta 2
Psicopatia e Desejabilidade Social 3
O Sexo como Variável de Interesse 6
Presente Estudo 8
Método 9
Participantes 9
Instrumentos 11
Questionário Sociodemográfico Breve 11
Medidas de Psicopatia 11
Medidas de Desejabilidade Social 12
Procedimentos 13
Análise de Dados 14
Resultados 17
Estatísticas Descritivas e Análises Preliminares 17
Testes Estatísticos às Hipóteses 18
Associação entre o Fator 2 e a Desejabilidade Social (H1) 18
Associação entre o Fator 1 e a Desejabilidade Social (H2) 18
Moderação pelo Sexo da Relação entre o Fator 1 e a Desejabilidade Social (H3) 19
Níveis de Psicopatia em Função do Sexo e do Grupo (H4 e H5) 20
Discussão 22
Limitações e Investigações Futuras 28
Conclusão 30
Referências 31
Anexos 40

Introdução

Conceptualização da Psicopatia

A psicopatia é um dos construtos de personalidade mais estudados na psicologia e na psiquiatria forense, apesar de não constar formalmente nos principais manuais de diagnóstico. Descrições clássicas, como a de Cleckley (1976), caracterizam-na por egocentrismo, ausência de culpa e remorso, défice de empatia, afetividade superficial, impulsividade e comportamento antissocial persistente, características associadas a relações interpessoais exploratórias e a maior envolvimento em comportamentos de risco e criminalidade. A operacionalização contemporânea do constructo foi fortemente influenciada pela *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R; Hare, 1991, 2003), e a investigação passou a conceptualizá-la como um conjunto de traços distribuídos de forma contínua na população geral, presentes tanto em contextos forenses como em amostras subclínicas e comunitárias (Forth et al., 1996; McHoskey et al., 1998; Widom, 1977).

Na perspetiva da linha de investigação acima mencionada, é comum a distinção entre dois grandes fatores na estrutura de personalidade psicopática: o Fator 1, frequentemente descrito como correspondente à noção de "psicopatia primária", inclui características interpessoais e afetivas, tais como egocentrismo, manipulação, mentira patológica, ausência de remorso e défices de empatia, e correlaciona-se negativamente com empatia e ansiedade (Hare, 1991). O Fator 2, associado à "psicopatia secundária" ou ao estilo de vida antissocial, engloba características tais como impulsividade, irresponsabilidade, intolerância à frustração, agressividade reativa, ausência de objetivos de longo prazo e violação persistente de normas sociais (Levenson et al., 1995; McHoskey et al., 1998).

Embora correlacionados, estes fatores apresentam padrões de associação distintos: o Fator 1 liga-se mais a traços nucleares de frieza e manipulação, enquanto o Fator 2 corresponde a problemas de ajustamento, consumo de substâncias, agressão e instabilidade de vida, o que torna uma pontuação global de psicopatia pouco informativa (Patrick, 1994), tornando-se essencial a análise diferenciada de ambos os fatores na relação com outros construtos. As designações de "psicopatia primária" e "secundária" derivam, contudo, da distinção de Karpman (1941) entre subtipos de psicopatia e, embora se sobreponham conceptualmente aos

Fatores 1 e 2 da PCL-R, não lhes são totalmente equivalentes, pelo que a correspondência entre aqueles subtipos e os dois fatores é aqui tratada como aproximada. Além disso, existem outras conceptualizações da psicopatia. Por exemplo, o modelo triárquico de Patrick e colaboradores (2009) propõe que o Fator 1 agrega duas dimensões distintas, a audácia (*boldness*) e a maldade (*meanness*), estando a audácia associada a indicadores de ajustamento psicológico, o que poderá contribuir para associações nulas, ou mesmo positivas, entre o Fator 1 e variáveis relacionadas com a adaptação social, como é o caso da desejabilidade social.

Avaliação Psicométrica e o Problema do Enviesamento de Resposta

A avaliação da psicopatia faz-se tradicionalmente através de entrevistas estruturadas e informação colateral (como na PCL-R), abordagens exigentes em tempo, formação e acesso a dados e pouco práticas em grandes amostras (Lilienfeld & Fowler, 2006). Por isso, foram desenvolvidos instrumentos de autorrelato, como a *Self-Report Psychopathy Scale* (SRP-SF; Paulhus et al., 2016) e a *Levenson Self-Report Psychopathy Scale* (LSRP; Levenson et al., 1995), que permitem avaliar traços psicopáticos de forma eficaz em amostras comunitárias e forenses. A LSRP, com 26 itens, foi validada em estudantes universitários, reproduzindo a estrutura de dois fatores antes mencionada (Levenson et al., 1995).

Quando combinadas com escalas de validade, as medidas de autorrelato mostram-se suficientemente fiáveis para captar diferenças individuais relevantes, inclusive em traços socialmente indesejáveis; são, porém, vulneráveis a enviesamentos de resposta que podem distorcer a expressão de traços psicopáticos (Holden et al., 1992). Hare (1991) manifestou a preocupação de que a maioria dos infratores pudesse tentar distorcer as suas respostas, dada a propensão para o engano descrita nesta população (Rogers & Cruise, 2000). Esta tensão entre vulnerabilidade à manipulação e validade empírica das medidas torna crucial estudar a relação entre psicopatia e desejabilidade social, embora esta questão tenha sido negligenciada na investigação da psicopatia durante muito tempo (Rogers et al., 2002).

A desejabilidade social pode ser definida como a tendência para transmitir uma imagem excessivamente favorável de si próprio, em conformidade com normas e valores socialmente aprovados (Crowne & Marlowe, 1960; Paulhus, 2002). A sua faceta mais desafiante para quem utiliza instrumentos psicométricos é a gestão da impressão (*impression management*), habitualmente operacionalizada através de itens que descrevem comportamentos raros, mas socialmente aprovados, e comportamentos frequentes, mas desaprovados, permitindo

identificar quem se descreve de forma "perfeita" e pouco plausível (Paulhus, 1984, 2002; Uziel, 2010). Instrumentos como a Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960) e a Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Simões et al., 2014) avaliam justamente a tendência para responder de forma socialmente desejável através de um índice global. Contudo, pontuações elevadas nestas escalas não traduzem, necessariamente dissimulação: a desejabilidade social é simultaneamente um possível enviesamento de resposta e um traço personalístico ligado à necessidade de aprovação e ao ajustamento social (Crowne & Marlowe, 1964; Holden & Passey, 2010), associando-se a maior autocontrolo, amabilidade e ajustamento social (Uziel, 2010). No presente estudo, a desejabilidade social é avaliada através de medidas de índice global (MCSDS-SF e EDS-20), cujo formato, centrado em virtudes improváveis, as aproxima sobretudo da gestão da impressão.

Psicopatia e Desejabilidade Social

A dupla natureza da desejabilidade social como estilo de resposta e como traço personalístico, abre a possibilidade de que diferentes dimensões da psicopatia se relacionem de forma distinta com ela (Holden & Passey, 2010; McCrae & Costa, 1983; Uziel, 2010). Por um lado, aspetos interpessoais e afetivos (charme superficial, manipulação, ausência de culpa) podem favorecer um uso instrumental da gestão da impressão quando existe motivação para dissimulação positiva (*faking good*), i.e., para esconder características negativas e se apresentar de forma mais favorável (Book et al., 2006; Fisher et al., 2018; Hare, 1991; Lilienfeld & Andrews, 1996); por outro, a impulsividade, a irresponsabilidade e o estilo de vida desorganizado podem dificultar o controlo da autoapresentação, conduzindo à menor preocupação em parecer ajustado ou mesmo à dissimulação negativa (*faking bad*), i.e., inflacionando dificuldades (Kowalski et al., 2018; Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013; Seto et al., 1997; Verschuere et al., 2014).

Estudos experimentais mostram que, quando instruídos ou incentivados, indivíduos com elevados traços psicopáticos conseguem reduzir as suas pontuações em escalas de psicopatia, sugerindo que componentes como o egocentrismo maquiavélico (*machiavellian egocentricity*) e a externalização da culpa (*blame externalization*) podem facilitar a dissimulação positiva (Book et al., 2006; Edens et al., 2001; MacNeil & Holden, 2006; Rogers et al., 2002). Outros estudos como os de Fisher e colaboradores (2018) ou de Book e colaboradores (2006), confirmaram que estes indivíduos são mais propensos a responder de forma socialmente

desejável. No entanto, a maioria dos estudos correlacionais e meta-analíticos indica uma associação negligenciável ou mesmo negativa entre a psicopatia e a desejabilidade social, sobretudo no que respeita ao Fator 2. Por exemplo, Poythress e colaboradores (1998) encontraram associações negativas, embora modestas, entre a desejabilidade social e quer as pontuações F2, quer a pontuação total da PCL-R. Na mesma linha, Seto e colaboradores (1997) verificaram que a gestão da impressão se correlaciona inversamente com o total do PCL-R, e Ray e colaboradores (2013), Kowalski e colaboradores (2018) e Verschuere e colaboradores (2014) replicaram estes resultados, sugerindo que indivíduos com estilo de vida antissocial (F2) preocupam-se menos em parecer ajustados, chegando a "dissimular negativamente".

Numa meta-análise realizada por Ray e colaboradores (2013), a psicopatia associou-se de forma negativa ou negligenciável à desejabilidade social, tendo sido propostas várias explicações para a heterogeneidade dos resultados. Primeiro, alguns indivíduos com traços psicopáticos extremamente elevados poderão dissimular quando motivados, o que não explica, porém, a relação negativa (MacNeil & Holden, 2006; Ray et al., 2013). Segundo, os estudos que encontram uma relação positiva incluem frequentemente instruções ou incentivos para a dissimulação (Book et al., 2006; Fisher et al., 2018). Terceiro, respostas de esforço insuficiente (*insufficient effort responding*) concentradas no ponto médio das escalas, quando coexistem com respostas válidas, podem gerar correlações espúrias, pelo que a associação negativa poderia ser, em parte, um artefacto metodológico, embora a evidência a favor desta hipótese seja inconclusiva (Folger, 2022). A segunda destas explicações, i.e., a relação positiva emerge sobretudo sob instrução ou incentivo para dissimular, sendo nula ou negativa quando tais condições não existem, parece a mais plausível, por acomodar ambos os padrões de resposta sem mecanismos adicionais, embora a questão da extrapolação de achados experimentais para autorrelatos não incentivados não esteja empiricamente resolvida. Investigando uma amostra comunitária, Freeman e Samson (2012) verificaram que participantes com pontuações mais elevadas em traços psicopáticos como o estilo de vida errático, manipulação interpessoal e tendências criminais, recorriam menos à gestão da impressão, sugerindo que, mesmo fora de contextos forenses, a psicopatia se associa a menor controlo da autoapresentação.

A literatura indicia, ainda, que os dois fatores da psicopatia podem associar-se a estilos de autoapresentação diferentes (Moltó et al., 2000; Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013; Seto et al., 1997; Stålenheim & von Knorring, 1998; Zagon & Jackson, 1994): enquanto o Fator 2 parece apresentar uma relação mais consistente e negativa com a desejabilidade social, o Fator 1 tende a mostrar associações fracas ou inexistentes (Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013;

Verschuere et al., 2014). Este padrão é compatível com a natureza dos próprios fatores: o Fator 1 descreve traços estáveis e ego-sintónicos, que o indivíduo tende a não reconhecer como indesejáveis nem a dissimular; já o Fator 2 inclui comportamentos antissociais e transgressivos manifestos, mais facilmente identificáveis como desviantes e suscetíveis de ser geridos em autorrelato, embora isso fizesse antever uma correlação positiva com a desejabilidade social que a literatura não confirma.

Pelo contrário, a literatura mostra, de forma relativamente consistente, correlações negativas moderadas do Fator 2 com a desejabilidade social (Poythress et al., 1998; Seto et al., 1997; Stålenheim & von Knorring, 1998; Zagon & Jackson, 1994), associando-se a menor endosso de comportamentos socialmente desejáveis e, por vezes, a maior relato de sintomas atípicos (Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013; Rogers et al., 2002). Esta associação tem sido replicada com diferentes instrumentos, seja em amostras forenses, seja comunitárias (Freeman & Samson, 2012; Kay & Saucier, 2020; Kowalski et al., 2018; Niesten et al., 2015; Wertag et al., 2023), e é coerente com a relação positiva da desejabilidade social com o autocontrolo, a amabilidade e a estabilidade emocional (Holden & Passey, 2010; Uziel, 2010), características em que as pessoas com elevação no Fator 2 da psicopatia tendem a pontuar baixo (Lynam et al., 1999). Estes resultados sugerem um estilo de autoapresentação descuidado ou "autoprejudicial", com tendência para a dissimulação negativa, sobretudo quando combinado com boas capacidades de teoria da mente (Nentjes et al., 2015; Niesten et al., 2015; Verona et al., 2001), uma vez que ofensores com pontuação elevada no Fator 2 e boa perspetiva dos outros relatam menos traços desejáveis e mais sintomatologia improvável (Nentjes et al., 2015; Rogers, 2008). Contudo, os efeitos reportados tendem a ser pequenos, dependentes do contexto e da motivação (Niesten et al., 2015). Acresce que a associação observada admite duas interpretações que estudos transversais não permitem distinguir: uma substantiva, segundo a qual estes indivíduos se preocupam menos com a sua imagem; outra de enviesamento, segundo a qual quem responde de forma mais desejável subnotifica comportamentos do Fator 2.

Em contraste, a maioria dos estudos não revelam correlações significativas do Fator 1 com índices de *virtudes improváveis* ou de *gestão da impressão* (Moltó et al., 2000; Poythress et al., 1998; Stålenheim & von Knorring, 1998), o que tem sido interpretado como indicando que as suas características nucleares são menos suscetíveis à dissimulação ou não se traduzem numa tendência estável para uma autoapresentação mais virtuosa ou mais negativa (Ray et al., 2013; Rogers et al., 2002). Numa análise mais específica, o Fator 1 não parece predizer de forma robusta nem a dissimulação positiva nem a negativa (Cima & van Oorsouw, 2013;

Niesten et al., 2015; Ray et al., 2013), e quando surgem relações com enviesamento de resposta, restringem-se a traços específicos, como os manipulativos (Book et al., 2006; MacNeil & Holden, 2006). Em estudos com a SRP, as facetas de manipulação interpessoal e de afeto insensível associaram-se negativamente à gestão da impressão (Debowska et al., 2019; Freeman & Samson, 2012), sugerindo que a ausência de associação com o Fator 1 poderá depender do instrumento.

Consultando a literatura sobre a validade de sintomas, que se cruza com a desejabilidade social no constructo de dissimulação positiva, constata-se que indivíduos com elevados traços psicopáticos não parecem apresentar uma capacidade superior para contornar escalas de validade. Edens e colaboradores (2000) verificaram que participantes comunitários que não eram identificados pelas escalas de validade do *Psychopathic Personality Inventory* (PPI) não tinham pontuações de psicopatia mais elevadas, e Poythress e colaboradores (2001), estudando reclusos, verificaram que a psicopatia não se correlacionava com o sucesso em contornar os índices de validade de várias medidas. Em investigação fisiológica também não se encontraram diferenças na capacidade de "enganar o polígrafo" entre psicopatas e não-psicopatas (Patrick & Iacono, 1989; Raskin & Hare, 1978). Estes resultados, convergentes entre métodos distintos, desafiam a suposição de que os indivíduos de elevada psicopatia são dissimuladores particularmente hábeis (Kropp, 1994).

O Sexo como Variável de Interesse

A maioria dos estudos acima citados investigou sobretudo amostras masculinas e forenses, o que limita a generalização a mulheres. As taxas de psicopatia são substancialmente mais baixas nas mulheres, com prevalências em contexto prisional feminino de cerca de 11%–17% (Grann, 2000; Salekin et al., 1997; Warren et al., 2003). Por exemplo, Cale e Lilienfeld (2002) referem que apenas 11% das mulheres violentas cumprem os critérios de psicopatia, face a 31% dos homens.

Estudos sobre a *Dark Triad* (*narcisismo*, *psicopatia*, *maquiavelismo*) confirmam que os homens pontuam mais alto do que as mulheres nas subescalas de psicopatia e maquiavelismo, sendo as diferenças mais modestas no caso do narcisismo (Cale & Lilienfeld, 2002; Chiorri et al., 2019; Freeman & Samson, 2012; Furnham et al., 2013; Grijalva et al., 2015; Kowalski et al., 2018). Estudos de invariância de medida sugerem que a estrutura fatorial da *Dirty Dozen*, escala que operacionaliza a *Dark Triad*, é equivalente nos dois sexos, mas confirmam que os

homens apresentam níveis mais elevados de psicopatia, com tamanhos de efeito moderados, reforçando a necessidade de análises por sexo (Chiorri et al., 2019; Klimstra et al., 2014). No entanto, esta evidência provém sobretudo de amostras comunitárias, não sendo claro que se estenda a outras medidas ou a amostras forenses, pelo que as comparações entre sexos devem ser interpretadas com cautela. Na LSRP, a estrutura de dois fatores é praticamente equivalente em homens e mulheres (Lynam et al., 1999), permanecendo a questão por esclarecer na *Self-Report Psychopathy Scale – Short Form* (SRP-SF; Paulhus et al., 2016), uma escala de autorrelato sucedânea da PCL-R.

Segundo o modelo biossocial de Wood e Eagly (2012), a especialização biológica dos sexos terá originado uma divisão de trabalho social que gerou estereótipos de género assentes em características agénticas (e.g., competitividade, domínio) ou comunais (e.g., altruísmo, cuidado), associados, respetivamente, a papéis tradicionalmente masculinos e femininos (Jones & Paulhus, 2010; Rudman et al., 2012). Ora, vários itens da *Dark Triad* refletem características agénticas, consideradas desejáveis nos homens e indesejáveis nas mulheres (Rudman et al., 2012), pelo que estas podem ser menos propensas a possuir, ou a reportar, traços da *Dark Triad* (Chiorri et al., 2019).

A expressão da psicopatia poderá também assumir formas parcialmente distintas nas mulheres, designadamente ao nível (a) do comportamento, (b) das características interpessoais, (c) dos mecanismos psicológicos subjacentes e (d) das normas sociais (Forouzan & Cooke, 2005). Por exemplo, conceitos como a "*mask of maternalism*" descrevem mulheres com traços psicopáticos que se apresentam como empáticas e cuidadoras, utilizando estereótipos de feminilidade de forma instrumental, o que poderá modular a relação entre psicopatia e desejabilidade social (Kreis & Cooke, 2011).

Em conjunto, diferenças como as acima descritas sugerem que a relação entre traços psicopáticos e desejabilidade social pode variar em função do sexo (Zagon & Jackson, 1994). Em particular, se os traços do Fator 1 são menos aceites socialmente nas mulheres, é plausível que estas sintam maior motivação do que os homens para os dissimular através da gestão da impressão, possibilidade reforçada pela evidência de que as mulheres poderão ser penalizadas por se desviarem das normas de género. Esta hipótese não contraria o caráter ego-sintónico do Fator 1, pois traços menos aceitáveis para as mulheres poderão ser por elas vividos como menos ego-sintónicos. Note-se, além disso, que o conceito de "*mask of maternalism*" descreve sobretudo comportamento interpessoal, em linha com as características contempladas no Fator 1.

Presente Estudo

A relação entre psicopatia e a desejabilidade social tem merecido o interesse dos investigadores, embora se desconheçam estudos nacionais, e é particularmente relevante em contexto forense. Isso justifica-se porque a prevalência da psicopatia na população prisional é muito superior à da população geral (15% a 25% vs. 1%) (Lilienfeld & Arkowitz, 2008; Lynam et al., 1999; Wynn et al., 2012), além de que os traços psicopáticos em contexto prisional se expressam de forma mais vincada no comportamento antissocial (Baird, 2002; Lynam et al., 1999; Mahmut et al., 2008). Além disso, as pressões para uma autoapresentação favorável tendem a ser mais marcadas na avaliação de âmbito forense, onde as respostas podem ser percebidas como tendo consequências potencialmente gravosas (Lynam et al., 1999; Niesten et al., 2015).

No entanto, escasseiam estudos comparativos de amostras forenses e não-forenses, bem como de amostras masculinas e femininas. Compreender de que modo os traços psicopáticos, globais e estruturados por fatores, se relacionam com uma autoapresentação mais favorável ou negativa e examinar possíveis diferenças de sexo nesta relação torna-se, assim, crucial para interpretar medidas de autorrelato, seja em investigação, seja em contextos de prática forense ou clínica.

Apesar da ideia de que indivíduos com elevados traços psicopáticos seriam "mestres da dissimulação", a investigação sugere que não contornam melhor as escalas de validade (Edens et al., 2000; Kropp & Rogers, 1993). Contudo, a combinação de medidas de psicopatia com escalas de desejabilidade social, que permitam aferir fenómenos como a gestão de impressões e auto-engrandecimento ilusório (*self-deceptive enhancement*) pode permitir uma maior fiabilidade na avaliação da psicopatia em amostras comunitárias e forenses (Mills & Kroner, 2006; Mills et al., 2003; Poythress et al., 2001).

Em suma, a falta de consenso quanto ao sentido e magnitude da relação entre psicopatia e a desejabilidade social, o predomínio de amostras masculinas, maioritariamente investigadas em contexto forense, e a inexistência de estudos nacionais neste campo, deixam em aberto a sua generalização da evidência conhecida a amostras não institucionalizadas, femininas e a contextos culturais específicos.

É neste contexto que se insere o presente estudo, que pretende clarificar, em amostras forense e comunitária portuguesas, a relação entre psicopatia e desejabilidade social,

distinguindo o Fator 1 e o Fator 2 e examinando diferenças entre homens e mulheres. Procura-se compreender em que medida a desejabilidade social pode ou não comprometer a avaliação de traços psicopáticos, bem como o possível efeito moderador do sexo neste processo, contribuindo para o debate teórico sobre a validade das medidas de autorrelato da psicopatia.

Formulam-se as seguintes hipóteses principais: (H1) o Fator 2 da psicopatia está negativamente associado à desejabilidade social; (H2) o Fator 1 da psicopatia não está associado à desejabilidade social; e (H3) o sexo modera a relação entre o Fator 1 e a desejabilidade social, esperando-se que, nas mulheres, pontuações mais elevadas no *Fator 1* se associem a maior *desejabilidade social*.

Formularam-se, ainda, duas hipóteses acessórias: (H4) os homens apresentam níveis mais elevados de psicopatia do que as mulheres; e (H5) a amostra forense apresenta níveis mais elevados de psicopatia, sobretudo de Fator 2, do que a comunitária.

Por fim, pretende-se explorar de forma não direcional se a potencial relação entre psicopatia e desejabilidade difere entre as amostras forense e comunitária, dada a maior pressão para uma autoapresentação favorável em contexto prisional.

Método

Participantes

Foram recrutados 318 participantes adultos, 117 em três estabelecimentos prisionais e 201 na comunidade. Após a aplicação dos critérios de exclusão descritos abaixo, foram excluídos seis participantes da amostra forense (cinco por terem mais do que uma resposta omissa e um por problemas visuais graves não corrigidos) e 71 da amostra comunitária (62 por não terem completado os questionários, seis por problemas visuais graves não corrigidos e três por não terem o português como língua materna). A amostra final ficou constituída por 241 participantes (50.2% do sexo feminino), 111 da amostra forense (46.1%) e 130 da comunitária

(53.9%), com idades entre os 18 e os 74 anos (M = 34.16, DP = 12.99). As características sociodemográficas da amostra total e de cada grupo apresentam-se na Tabela 1.

Tabela 1

Características Sociodemográficas da Amostra Total e por Grupo

Variável	Total (N = 241)	Forense (n = 111)	Comunitária (n = 130)	Teste
Idade, M (DP)	34.16 (12.99)	41.78 (10.91)	27.65 (10.94)	$t(239) = 10.01$*** $d = 1.29$
Idade, intervalo	18–74	20–74	18–59	
Sexo, n (%)				$\chi^2(1) = 3.99$* $V = .13$
Masculino	120 (49.8)	63 (56.8)	57 (43.8)	
Feminino	121 (50.2)	48 (43.2)	73 (56.2)	
Escolaridade (anos), M (DP)[a]	11.68 (3.74)	9.03 (3.38)	13.96 (2.23)	$t(183.77) = -13.05$*** $d = -1.75$
Nível de escolaridade, n (%)				
1.º ciclo	12 (5.0)	12 (10.8)	0 (0.0)	
2.º ciclo	27 (11.2)	24 (21.6)	3 (2.3)	
3.º ciclo	35 (14.5)	33 (29.7)	2 (1.5)	
Secundário	71 (29.5)	32 (28.8)	39 (30.0)	
Ensino superior	93 (38.6)	9 (8.1)	84 (64.6)	
Sem informação	3 (1.2)	1 (0.9)	2 (1.5)	
Região de residência, n (%)				FFH = 13.24 p = .002
Norte	170 (70.5)	66 (59.5)	104 (80.0)	
Centro	38 (15.8)	25 (22.5)	13 (10.0)	
Sul	31 (12.9)	18 (16.2)	13 (10.0)	
Açores	2 (0.8)	2 (1.8)	0 (0.0)	
Situação jurídico-penal, n (%)				
Pena efetiva	—	91 (82.0)	—	
Prisão preventiva	—	20 (18.0)	—	

Nota. FFH = teste exato de Fisher-Freeman-Halton. No teste t relativo à escolaridade reporta-se o teste de Welch, dado o teste de Levene ter sido significativo.
[a] n = 110 (forense) e n = 128 (comunitária).
* $p < .05$. *** $p < .001$.

Na amostra forense, os participantes foram recrutados com o apoio dos técnicos dos serviços prisionais e, na amostra comunitária, pelo método de bola de neve, constituindo-se duas amostras não probabilísticas.

Foram critérios de inclusão (a) ter idade igual ou superior a 18 anos, (b) saber ler e escrever e (c) ter o português como língua materna. Foram critérios de exclusão a presença de

diagnóstico (autorreportado), de (a) doença neurológica ou mental ativa, (b) défice cognitivo, ou (c) problemas visuais graves não corrigidos, por poderem comprometer a resposta aos itens. Foram também excluídos os participantes com mais do que uma resposta omissa em qualquer questionário, uma vez que se administraram as formas reduzidas dos instrumentos.

Todos os participantes aceitaram colaborar voluntariamente no estudo após consentimento informado, não lhes tendo sido concedida qualquer compensação.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico Breve

Foi desenvolvido um questionário *ad hoc* para recolha de informação relativa à idade, sexo, escolaridade vertical (número de anos de ensino formal completados com sucesso), área de residência, língua materna, problemas do foro neurológico e de saúde mental e (no contexto forense) a situação jurídico-penal dos participantes.

Medidas de Psicopatia

Self-Report Psychopathy Scale – Short Form (Escala de Autorrelato de Psicopatia – Versão Reduzida; SRP-SF; Paulhus et al., 2016; versão portuguesa de Seara-Cardoso et al., 2020). A SRP-SF é uma escala de autorrelato para avaliação da psicopatia, constituída por 29 itens, selecionados da versão completa de 64 itens, respondidos numa escala tipo Likert de 1 ("Discordo fortemente") a 5 ("Concordo fortemente") pontos. À semelhança da *Psychopathy Checklist – Revised* (PCL-R), avalia quatro facetas (interpessoal, afetiva, estilo de vida e antissocial), agregáveis em dois fatores: afetivo-interpessoal (*Fator 1*) e estilo de vida-antissocial (*Fator 2*). As pontuações variam entre 29 e 145 no total (14 a 70 no *Fator 1* e 15 a 75 no *Fator 2*), sendo que pontuações mais elevadas indicam traços psicopáticos mais acentuados ou em maior número. A versão portuguesa confirmou o modelo de quatro fatores, com boa consistência interna (α = .87 para o total; entre .71 e .84 para dimensões e facetas).

Levenson Self-Report Psychopathy Scale (Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson; LSRP; Levenson et al., 1995; versão portuguesa de Barbosa et al., 2014). Desenvolvida para avaliação da psicopatia em amostras não forenses, é composta por 26 itens, respondidos numa escala tipo Likert de 1 ("Discordo totalmente") a 4 ("Concordo totalmente"),

organizados em subescalas que avaliam a *psicopatia primária* (16 itens; egocentrismo, insensibilidade e manipulação) e a secundária (10 itens; impulsividade e fraco controlo comportamental). A pontuação total varia entre 26 e 104 (16 a 64 na *psicopatia primária* e 10 a 40 na secundária), com pontuações mais elevadas a indicar níveis superiores de psicopatia. A escala original apresenta consistência interna entre .63 e .85, inferior na subescala secundária, e estabilidade teste-reteste de .83 (Lynam et al., 1999). A versão portuguesa resultou de tradução e adaptação aprovadas pelo autor original, mas não dispõe de indicadores psicométricos publicados, pelo que foi calculada a consistência interna do instrumento na amostra deste estudo.

Medidas de Desejabilidade Social

Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form (Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne – Versão Reduzida; MCSDS-SF; Ballard, 1992; versão portuguesa de Pechorro et al., 2012). Versão de 13 itens da escala de *desejabilidade social* de Marlowe-Crowne (Crowne & Marlowe, 1960), desenvolvida por Ballard (1992), mantendo um esquema de resposta dicotómica (Verdadeiro, Falso). O item 2 foi eliminado da versão portuguesa, pelo que a pontuação total varia entre 0 e 12, com pontuações mais elevadas a refletir maior tendência para respostas socialmente desejáveis. A consistência interna da escala original é de .70, mas a versão portuguesa apresenta uma consistência interna mais modesta (KR-20 = .60), embora a fidelidade reportada seja .76. Por esse motivo, a consistência interna da amostra específica deste estudo também foi calculada.

Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Almiro et al., 2017; Simões et al., 2014). Desenvolvida em Portugal a partir das versões portuguesas da MCSDS e da escala de Mentira do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R), é constituída por 20 itens dicotómicos (Sim, Não) referentes a comportamentos socialmente desejáveis, mas improváveis. A pontuação total varia entre 0 e 20, com pontuações mais elevadas a indicar maior *desejabilidade social*. É aplicável a partir dos 16 anos, em contexto comunitário, clínico e forense, e dispõe de normas portuguesas para amostras forenses e comunitárias, sendo que as últimas são recomendadas mesmo em contexto forense. Pontuações acima de 13.81 indicam um padrão de *desejabilidade social* nas respostas. Estudos posteriores indicaram uma estrutura unifatorial, com consistência interna (α = .79) e fidelidade (r = .76)

adequadas (Marques, 2016), bem como boa capacidade para discriminar as amostras forenses da população geral (Baptista, 2016). Ainda que os indicadores de consistência interna sejam satisfatórios, esta foi igualmente estimada na presente amostra.

Procedimentos

O presente estudo adotou um desenho quantitativo, não experimental, transversal, de natureza correlacional e comparativa, recorrendo a uma amostragem não probabilística por conveniência. O estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética da FPCEUP [Ref.ª 2026-02-11b] e a recolha em meio prisional foi autorizada pela DGRSP.

Na população comunitária, os dados foram recolhidos entre maio e setembro de 2026, através da plataforma Qualtrics (versão 2026, Provo, UT, EUA), com divulgação através de contactos pessoais e de redes sociais de uma hiperligação que permitia o preenchimento anónimo *online*. O acesso ao questionário sociodemográfico e demais instrumentos exigia a aceitação prévia do consentimento informado (ver Anexo A).

Na população forense (reclusa), a recolha decorreu no mesmo período, mas exclusivamente em formato de papel e lápis, dada a impossibilidade de utilização de equipamentos informáticos com acesso à internet nos estabelecimentos prisionais. Após consentimento informado, os participantes responderam ao questionário e às escalas individualmente, em espaço adequado (gabinete individual ou, em alguns casos, sala em que poderiam estar outros participantes), estando a investigadora disponível para esclarecimento de dúvidas.

Os dados foram recolhidos de forma anónima, sendo cada participante identificado apenas por um código alfanumérico e, depois de assinados, os consentimentos foram armazenados separadamente dos questionários.

Em ambos os contextos, o questionário sociodemográfico foi apresentado em primeiro lugar. Na população comunitária, a ordem dos instrumentos foi aleatorizada, para controlar efeitos de ordem. Na população reclusa, os instrumentos seguiram uma ordem fixa: (1) MCSDS-SF; (2) SRP-SF; (3) EDS-20; e (4) LSRP. Optou-se por uma ordem fixa neste grupo, opção que é considerada nas limitações do estudo. Posteriormente, as respostas da amostra forense foram introduzidas manualmente no Qualtrics, com dupla verificação pela investigadora.

Análise de Dados

A análise estatística foi realizada em IBM SPSS Statistics (versão 31). Todas as respostas foram agregadas numa base de dados única e as respostas abertas relativas ao diagnóstico de doença mental ou neurológica recodificadas em categorias. Os instrumentos foram cotados segundo as respetivas chaves, invertendo-se os itens inversos da SRP-SF e da LSRP e recodificando-se em 0 e 1 os itens da MCSDS-SF e da EDS-20. Nos sete participantes (todos da amostra forense) com um item omisso num instrumento, a pontuação foi estimada a partir da média dos itens respondidos da respetiva escala ou subescala, multiplicada pelo número de itens. Além de pontuações totais, calcularam-se as pontuações dos Fatores 1 e 2 da SRP-SF, bem como das subescalas de *psicopatia primária* e secundária da LSRP. As respostas abertas relativas à *escolaridade* foram convertidas em escolaridade vertical, a partir do nível de ensino reportado (e.g., 9.º ano = 9; ensino secundário = 12; licenciatura = 15; mestrado = 17)

A consistência interna foi estimada, na amostra total e em cada grupo, pelo coeficiente α de Cronbach nas escalas de psicopatia, de resposta tipo Likert, e pelo coeficiente de Kuder-Richardson 20 (KR-20; Kuder & Richardson, 1937) nas escalas de *desejabilidade social*, de resposta dicotómica, segundo os critérios de George e Mallery (2003): $< .50$ inaceitável; $\geq .50$ e $< .60$ fraca; $\geq .60$ e $< .70$ questionável; $\geq .70$ e $< .80$ aceitável; $\geq .80$ e $< .90$ boa; $\geq .90$ excelente.

A amostra foi caracterizada através de estatísticas descritivas, e as diferenças entre grupos analisadas pelo teste *t* para amostras independentes (*idade* e *anos de escolaridade*), pelo teste de qui-quadrado (*sexo*) e pelo teste exato de Fisher-Freeman-Halton (*região de residência*), dado que a tabela de contingência é maior do que 2 × 2 e mais de 20% das células tinham frequências esperadas inferiores a cinco. Uma vez que os grupos diferiram na *idade* e na *escolaridade* (Tabela 1), estas variáveis foram incluídas como covariáveis nas comparações entre grupos.

A normalidade foi avaliada pelo teste de Shapiro-Wilk, na amostra total e em cada grupo. Uma vez que este foi significativo em 17 dos 24 testes, analisaram-se a assimetria e a curtose, que variaram entre −0.40 e 1.11 e entre −0.87 e 2.31, respetivamente, situando-se dentro dos limites considerados aceitáveis ($|\text{assimetria}| < 2.0$; $|\text{curtose}| < 9.0$; Gignac, 2019; Anexo B). A homogeneidade das variâncias foi avaliada pelo teste de Levene. Nos testes *t*, sempre que este foi significativo, reportou-se o teste de Welch. Nas ANCOVA, o teste de Levene foi significativo nas três escalas da SRP-SF ($F(3, 234)$ entre 4.74 e 15.20, $p \leq .003$), mas não

nas da LSRP ($p \geq .051$). Uma vez que as células apresentavam dimensões desiguais (48 a 71 participantes), os efeitos nas escalas da SRP-SF foram confirmados com erros-padrão robustos à heterocedasticidade (HC3; Hayes & Cai, 2007), que conduziram às mesmas conclusões. A homogeneidade dos declives de regressão foi confirmada pela ausência de interações significativas entre as covariáveis e os fatores (todos $p \geq .126$). A multicolinearidade foi avaliada pelo fator de inflação da variância (VIF), considerando-se problemáticos valores superiores a 10; o valor máximo observado foi 2.27. Os casos extremos nas regressões e nas ANCOVAs foram identificados através dos resíduos estandardizados (> |3|) e, nas regressões, identificaram-se também casos influentes através da distância de Cook (> 1). Foram identificados dois participantes nas regressões (resíduos de −3.22 e 3.05) e quatro nas ANCOVA (resíduo máximo = 3.38), não se tendo observado valores influentes (distância de Cook máxima = .15). A repetição das análises sem estes casos conduziu às mesmas conclusões, pelo que se apresentam os resultados com a amostra completa.

Todas as hipóteses foram testadas separadamente para cada combinação de medidas de psicopatia e de *desejabilidade social*. A testagem confirmatória incluiu correlações de ordem zero e parciais, regressões lineares hierárquicas e análises de covariância (ANCOVA).

As associações entre *psicopatia* e *desejabilidade social* (H1 e H2) foram examinadas através do coeficiente de correlação Pearson. Uma vez que os reclusos apresentaram simultaneamente níveis mais elevados de *Fator 2* e de *desejabilidade social*, o que poderia enviesar as associações na amostra conjunta, a análise principal recorreu a correlações parciais controlando o *grupo* e, complementarmente, controlou-se também o outro fator da mesma medida, para avaliar a contribuição específica de cada fator. Para auxiliar a interpretação, calcularam-se ainda as correlações em cada grupo, comparadas através do teste *z* de Fisher para correlações independentes (Anexo C). Os intervalos de confiança (IC) foram estimados por *bootstrap* (5000 reamostragens; método dos percentis), e as correlações classificadas como pequenas ($|r| \geq .10$), moderadas ($|r| \geq .20$) e elevadas ($|r| \geq .30$) segundo critério de Gignac e Szodorai (2016).

A H2 foi avaliada através de um teste de equivalência pelo procedimento de dois testes unilaterais (TOST; Lakens et al., 2018), aplicados às quatro correlações parciais controlando o *grupo* (uma por combinação de medidas), que constituem a análise principal, com limites definidos *a priori* em $r = |.20|$. Estes limites foram estabelecidos abaixo da magnitude habitualmente reportada para a associação entre o *Fator 2* e a *desejabilidade social* ($r \approx -.30$), tendo em consideração o poder estatístico disponível. Dado terem sido realizados quatro testes,

aplicou-se a correção de Bonferroni ($\alpha = .05/4 = .0125$), considerando-se demonstrada a equivalência quando o IC de 97.5% para o coeficiente de correlação obtido se encontrava inteiramente compreendido entre −.20 e .20.

Para testar a H3, foram implementados quatro modelos de regressão hierárquica, um por combinação de medidas. No primeiro bloco, introduziram-se o *Fator 1* (centrado na média, para reduzir a multicolinearidade; Aiken & West, 1991), o *sexo* (0 = masculino, 1 = feminino) e o *grupo* (0 = forense, 1 = comunitário); este último como variável de controlo: o *grupo* associou-se à *desejabilidade social* e a distribuição por *sexo* diferiu entre amostras (Tabela 1), pelo que a sua omissão poderia confundir o efeito do *sexo* com o do contexto de avaliação. No segundo, o termo de interação *Fator 1* × *sexo*. A moderação foi avaliada pela significância da interação e pela variância adicional explicada (ΔR^2), reportando-se o R^2 ajustado. Como análise de sensibilidade, os modelos foram repetidos sem o *grupo* como preditor. De forma exploratória, repetiu-se o procedimento com a interação *Fator 1* × *grupo*, controlando o *sexo*.

Para testar a H4 e a H5, realizaram-se ANCOVA 2 (*sexo*) × 2 (*grupo*), com a *idade* e os *anos de escolaridade* como covariáveis e cada medida de psicopatia como variável dependente, em modelos separados. Por os fatores terem apenas dois níveis, não foram necessários testes *post hoc*. A magnitude dos efeitos foi avaliada pelo eta quadrado parcial (η^2p), considerando-se pequena ($\geq .01$), moderada ($\geq .06$) ou elevada ($\geq .14$), de acordo com Cohen (1988). Dado que o ajustamento estatístico pode remover parte das diferenças reais quando os grupos diferem acentuadamente nas covariáveis (Miller & Chapman, 2001), as análises foram repetidas sem covariáveis, como análise de sensibilidade.

O limiar de significância estatística em todos os testes foi fixado em $\alpha = .05$. Para controlar o erro de tipo I associado às comparações múltiplas, aplicou-se a correção de Holm-Bonferroni (Holm, 1979) dentro de cada família de testes: as quatro correlações de cada tipo de análise (H1 e H2), os quatro termos de interação (H3 e análise exploratória) e as seis escalas em cada efeito das ANCOVA (H4 e H5). Nos testes de equivalência recorreu-se à correção de Bonferroni, uma vez que a decisão se baseia em intervalos de confiança, que exigem um nível de α fixo, o que o procedimento sequencial de Holm não fornece. As comparações sociodemográficas e as correlações descritivas não foram corrigidas.

Resultados

Estatísticas Descritivas e Análises Preliminares

Os coeficientes de consistência interna encontram-se na Tabela 2, e as médias, os desvios-padrão e as correlações entre as variáveis na Tabela 3. As estatísticas descritivas e os testes de normalidade em cada grupo apresentam-se no Anexo B.

Tabela 2

*Consistência Interna (α de Cronbach **e** KR-20) dos Instrumentos na Amostra Total e por Grupo*

Escala	N.º de itens	Amostra total	Forense	Comunitária
SRP-SF				
Fator 1	14	.78	.78	.79
Fator 2	15	.82	.79	.73
Total	29	.87	.88	.85
LSRP				
Primária	16	.78	.69	.79
Secundária	10	.64	.63	.66
Total	26	.80	.77	.79
MCSDS-SF	12	.72	.70	.70
EDS-20	20	.82	.83	.79

Nota. Amostra total: $N = 241$; forense: $n = 111$; comunitária: $n = 130$. SRP-SF e LSRP: α de Cronbach. MCSDS-SF e EDS-20 (itens de resposta dicotómica): coeficiente KR-20.

Tabela 3

Médias, Desvios-Padrão e Correlações entre as Medidas de Psicopatia e de Desejabilidade Social

Variável	*M*	*DP*	1	2	3	4	5	6
1. SRP-SF Fator 1	26.95	8.08	—					
2. SRP-SF Fator 2	28.46	9.53	.59***	—				
3. LSRP primária	30.54	7.21	.53***	.56***	—			
4. LSRP secundária	20.66	4.74	.47***	.46***	.43***	—		
5. MCSDS-SF	7.39	2.76	−.41***	−.12	−.12	−.31***	—	
6. EDS-20	10.16	4.48	−.42***	−.18**	−.11	−.30***	.73***	—

Nota. $N = 241$. SRP-SF = *Self-Report Psychopathy Scale – Short Form*; LSRP = *Levenson Self-Report Psychopathy Scale*; MCSDS-SF = *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form*; EDS-20 = Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Testes Estatísticos às Hipóteses

Associação entre o Fator 2 e a Desejabilidade Social (H1)

Os resultados relativos à H1 encontram-se na Tabela 4. As correlações entre as medidas de psicopatia e de *desejabilidade social* foram também calculadas em cada grupo, com o objetivo de auxiliar a interpretação destes resultados, e apresentam-se no Anexo C.

Tabela 4

Correlações entre o Fator 2 da Psicopatia e a Desejabilidade Social (H1)

	Correlação simples		Parcial (grupo)		Parcial (grupo e Fator 1)	
	r	IC 95%	*r*	IC 95%	*r*	IC 95%
SRP-SF Fator 2 × MCSDS-SF	−.12	[−.23, −.01]	−.34***	[−.44, −.23]	−.08	[−.21, .06]
SRP-SF Fator 2 × EDS-20	−.18**	[−.29, −.07]	−.41***	[−.51, −.30]	−.16*	[−.28, −.03]
LSRP secundária × MCSDS-SF	−.31***	[−.42, −.19]	−.39***	[−.49, −.28]	−.32***	[−.43, −.20]
LSRP secundária × EDS-20	−.30***	[−.40, −.17]	−.37***	[−.47, −.25]	−.30***	[−.41, −.19]

Nota. $N = 241$. IC = intervalo de confiança, obtido por *bootstrap* (5000 reamostragens; método dos percentis). Parcial (*grupo*) = correlação parcial controlando o *grupo* (forense vs. comunitário); Parcial (*grupo* e *Fator 1*) = correlação parcial controlando o *grupo* e o *Fator 1* da mesma medida. A significância foi avaliada com correção de Holm-Bonferroni para quatro comparações em cada tipo de análise. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Associação entre o Fator 1 e a Desejabilidade Social (H2)

Os resultados relativos à H2 encontram-se na Tabela 5, que inclui os intervalos de confiança a 97.5% utilizados nos testes de equivalência.

Tabela **5**

Correlações entre o Fator 1 da Psicopatia e a Desejabilidade Social e Teste de Equivalência (H2)

	Correlação simples		Parcial (grupo)		Parcial (grupo e Fator 2)	
	r	IC 97.5%	*r*	IC 97.5%	*r*	IC 97.5%
SRP-SF Fator 1 × MCSDS-SF	−.41***	[−.53, −.27]	−.43***	[−.55, −.29]	−.29***	[−.45, −.13]
SRP-SF Fator 1 × EDS-20	−.42***	[−.55, −.28]	−.45***	[−.57, −.31]	−.26***	[−.42, −.10]
LSRP primária × MCSDS-SF	−.12	[−.26, .01]	−.28***	[−.40, −.15]	−.15*	[−.30, .00]
LSRP primária × EDS-20	−.11	[−.24, .03]	−.26***	[−.38, −.12]	−.13*	[−.27, .01]

Nota. $N = 241$. IC = intervalo de confiança, obtido por *bootstrap* (5000 reamostragens; método dos percentis), a 97.5% (correção de Bonferroni para quatro testes). A equivalência foi avaliada verificando se o IC se encontrava inteiramente contido nos limites de $r = \pm.20$; nenhuma das correlações cumpriu este critério. Parcial (*grupo*) = correlação parcial controlando o *grupo*; Parcial (*grupo* e *Fator 2*) = correlação parcial controlando o *grupo* e o *Fator 2* da mesma medida. A significância foi avaliada com correção de Holm-Bonferroni para quatro comparações em cada tipo de análise. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Moderação pelo Sexo da Relação entre o Fator 1 e a Desejabilidade Social (H3)

Os resultados dos modelos de moderação relativos à H3 encontram-se na Tabela 6. No Modelo 1, além do *Fator 1* e do *sexo*, foi introduzido o *grupo* como preditor, como variável de controlo, uma vez que este se associou à *desejabilidade social* e que a distribuição por *sexo* diferiu entre amostras (Tabela 1), pelo que a sua omissão poderia confundir o efeito do *sexo* com o do

contexto de avaliação. Por esse motivo, reporta-se o R^2 ajustado. Os coeficientes dos preditores do Modelo 1 apresentam-se no Anexo D.

Tabela 6

Regressões Hierárquicas para o Efeito Moderador do Sexo na Relação entre o Fator 1 e a Desejabilidade Social (H3)

Preditor	Variável resultado	R^2_{aj} Modelo 1	ΔR^2 Modelo 2	*B*	*EP*	IC 95%	*t*	*p*
SRP-SF (F1)	MCSDS-SF	.26***	.001	0.02	0.04	[−0.06, 0.10]	0.52	.601
SRP-SF (F1)	EDS-20	.27***	.000	0.01	0.06	[−0.12, 0.13]	0.10	.924
LSRP (PP)	MCSDS-SF	.15***	.006	−0.06	0.05	[−0.15, 0.03]	−1.27	.206
LSRP (PP)	EDS-20	.14***	.009	−0.12	0.08	[−0.27, 0.03]	−1.54	.124

Nota. N = 241. No Modelo 1, foram introduzidos o *Fator 1* (centrado na média), o *sexo* (0 = masculino, 1 = feminino) e o *grupo* (0 = forense, 1 = comunitário), este último como variável de controlo; no Modelo 2, foi introduzido o termo de interação *Fator 1* × *sexo*. *B*, *EP*, IC, *t* e *p* referem-se ao termo de interação no Modelo 2. Na LSRP, o *Fator 1* corresponde à subescala de *psicopatia primária* (PP). R^2_{aj} = R^2 ajustado; *EP* = erro-padrão; IC = intervalo de confiança. A significância das interações foi avaliada com correção de Holm-Bonferroni para quatro comparações. Sem o *grupo* como preditor, nenhuma interação *Fator 1* × *sexo* foi significativa (todos $p \geq .362$).

*** $p < .001$.

Nas correlações calculadas separadamente por *sexo*, os coeficientes entre o *Fator 1* da SRP-SF e a *desejabilidade social* foram, respetivamente com a MCSDS-SF e com a EDS-20, $r = -.46$ e $r = -.47$ nos homens e $r = -.39$ e $r = -.41$ nas mulheres (todos $p < .001$). Entre a *psicopatia primária* da LSRP e a *desejabilidade social*, os coeficientes variaram entre $r = -.17$ e $r = -.07$, sem significância estatística em nenhum dos sexos (todos $p > .06$).

De forma exploratória, testou-se o efeito moderador do *grupo* na relação entre o *Fator 1* e a *desejabilidade social*, controlando o *sexo*. A interação *Fator 1* × *grupo* não acrescentou variância significativa em nenhum modelo (ΔR^2 entre .001 e .011, todos $p > .07$). As correlações em cada grupo apresentam-se no Anexo C.

Níveis de Psicopatia em Função do Sexo e do Grupo (H4 e H5)

Para testar se os homens apresentam níveis mais elevados de psicopatia do que as mulheres (H4) e a amostra forense apresenta níveis mais elevados de psicopatia, sobretudo de *Fator 2*, do que a comunitária (H5), realizaram-se ANCOVA 2 (*sexo*) × 2 (*grupo*), com a *idade* e os *anos de escolaridade* como covariáveis e as pontuações nas medidas de psicopatia como variáveis dependentes, em análises separadas. Os resultados encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7

Médias Ajustadas e Resultados das ANCOVA para os Níveis de Psicopatia em Função do Sexo e do Grupo (H4 e H5)

Escala	Sexo				Grupo			
	Homens (n = 119) M (EP)	Mulheres (n = 119) M (EP)	F	η^2_p	Forense (n = 110) M (EP)	Comunitária (n = 128) M (EP)	F	η^2_p
SRP-SF								
Fator 1	28.59 (0.73)	25.53 (0.75)	8.54*	.035	26.88 (0.97)	27.24 (0.88)	0.05	.000
Fator 2	31.32 (0.71)	26.20 (0.72)	25.52***	.099	32.92 (0.94)	24.60 (0.85)	31.22***	.119
Total	59.91 (1.31)	51.73 (1.34)	19.00***	.076	59.79 (1.74)	51.84 (1.58)	8.35*	.035
LSRP								
Primária	31.86 (0.59)	29.83 (0.60)	5.90*	.025	33.42 (0.78)	28.27 (0.71)	17.63***	.071
Secundária	21.04 (0.42)	20.34 (0.43)	1.34	.006	20.69 (0.56)	20.68 (0.51)	0.00	.000
Total	52.90 (0.84)	50.16 (0.86)	5.17*	.022	54.11 (1.12)	48.95 (1.01)	8.57*	.036

Nota. N = 238 (três participantes excluídos por ausência de informação sobre a *escolaridade*). Médias ajustadas para a *idade* e os *anos de escolaridade*. Todos os F com gl = (1, 232). EP = erro-padrão; η^2_p = eta quadrado parcial. A significância foi avaliada com correção de Holm-Bonferroni para seis comparações em cada efeito. A interação *sexo* × *grupo* não foi significativa em nenhuma escala (todos $p > .18$). Nas escalas da SRP-SF, os efeitos foram confirmados com erros-padrão robustos à heterocedasticidade (HC3).

* $p < .05$. *** $p < .001$.

Quanto às covariáveis, a *escolaridade* apresentou efeitos significativos nas três escalas da LSRP (*psicopatia primária*: $F(1, 232) = 7.21$, $p = .008$, $\eta^2_p = .030$; *psicopatia secundária*: $F(1, 232) = 11.23$, $p < .001$, $\eta^2_p = .046$; total: $F(1, 232) = 12.62$, $p < .001$, $\eta^2_p = .052$), e a *idade* na *psicopatia primária*, $F(1, 232) = 6.50$, $p = .011$, $\eta^2_p = .027$. Na análise de sensibilidade sem covariáveis, o efeito do *grupo* na *psicopatia secundária* da LSRP foi significativo, $F(1, 237) = 7.05$, $p = .008$, $\eta^2_p = .029$; nas restantes escalas, o padrão de significância dos efeitos foi o mesmo da Tabela 7.

Discussão

A avaliação da psicopatia recorre cada vez mais a instrumentos de autorrelato, que permitem avaliar traços psicopáticos de forma eficiente em amostras comunitárias e forenses (Lilienfeld & Fowler, 2006). Estas medidas são, no entanto, vulneráveis a enviesamentos de resposta, o que se torna particularmente sensível no caso da psicopatia, dada a propensão para a manipulação e o engano que caracteriza o constructo (Hare, 1991; Rogers & Cruise, 2000). Ainda assim, e contrariamente à ideia de que indivíduos com traços psicopáticos elevados tenderiam a apresentar-se de forma mais favorável, a investigação correlacional tem revelado associações negligenciáveis ou negativas entre a psicopatia e a *desejabilidade social*, mais consistentes no *Fator 2* do que no *Fator 1* (Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013).

Esta questão assume especial relevância em contexto forense, onde a prevalência da psicopatia é muito superior à da população geral e as pressões para uma autoapresentação favorável tendem a ser mais marcadas, dadas as potenciais consequências das respostas (Lynam et al., 1999; Niesten et al., 2015). Acresce que a maioria dos estudos incidiu em amostras masculinas e forenses, escasseando as comparações entre amostras forenses e comunitárias e entre homens e mulheres, e que se desconhecem estudos nacionais sobre esta relação.

O presente estudo teve como objetivo principal clarificar a relação entre psicopatia e *desejabilidade social* em amostras forense e comunitária portuguesas, distinguindo o *Fator 1* e o *Fator 2* e examinando o possível efeito moderador do *sexo* nesta relação. Secundariamente, compararam-se os níveis de psicopatia entre homens e mulheres e entre as amostras forense e comunitária, e explorou-se se a relação entre psicopatia e *desejabilidade social* diferia entre amostras.

Para tal, participaram 241 adultos, 111 recrutados em três estabelecimentos prisionais e 130 na comunidade, que responderam a duas medidas de autorrelato de psicopatia, a SRP-SF e a LSRP, e a duas medidas de *desejabilidade social*, a MCSDS-SF e a EDS-20, tendo cada hipótese sido testada para todas as combinações destas medidas.

Conforme o esperado, os resultados apoiam a H1, controlando o grupo o *Fator 2* associou-se negativamente à *desejabilidade social* em todas as combinações de medidas, embora, como se discute adiante, de forma mais robusta na LSRP do que na SRP-SF. Estes resultados vão ao encontro da literatura (Poythress et al., 1998; Ray et al., 2013; Rogers et al.,

2002), segundo a qual as pessoas com traços elevados do *Fator 2* tendem a ser mais impulsivas e a ter dificuldades de regulação comportamental, o que se poderá refletir numa incapacidade ou despreocupação em apresentar uma imagem favorável de si próprias. É de notar, contudo, que esta associação se revelou de forma mais consistente controlando o *grupo*: como os reclusos apresentaram simultaneamente pontuações mais elevadas no *Fator 2* e na *desejabilidade social*, a junção das amostras atenuou a associação existente em cada uma. Com efeito, quando calculada separadamente em cada grupo, a associação foi negativa tanto nos reclusos como nos participantes da comunidade, sem diferenças significativas entre grupos. Combinar amostras forenses e comunitárias sem considerar o contexto poderá, assim, subestimar a relação entre estas variáveis, o que constitui um contributo metodológico do estudo.

Embora as duas medidas de psicopatia tenham convergido nos fatores correspondentes, os resultados diferiram entre instrumentos: a associação da *psicopatia secundária* da LSRP com a *desejabilidade social* manteve-se controlando o *Fator 1*, enquanto no caso do *Fator 2* da SRP-SF esta associação reduziu-se substancialmente. Este fenómeno poderá dever-se à composição das escalas: o *Fator 2* da SRP-SF inclui comportamentos antissociais explícitos e de risco, enquanto a *psicopatia secundária* da LSRP está mais centrada na *impulsividade* e na *emotividade negativa*, associando-se sobretudo ao *neuroticismo* e *baixa conscienciosidade* (Miller et al., 2008). Além disso, a correlação entre os dois fatores foi mais elevada na SRP-SF do que na LSRP (ver Tabela 3), o que implica maior partilha de variância e pode explicar uma redução mais acentuada da associação específica de cada fator.

A associação particularmente robusta da *psicopatia secundária* da LSRP com a *desejabilidade social* admite uma leitura mais específica. Numa amostra comunitária portuguesa, Coelho e colaboradores (2025) verificaram que níveis elevados de *psicopatia secundária*, mas não primária, se associavam a mais medos de natureza social e avaliativa, como ser criticado, rejeitado ou parecer ridículo. Se estes indivíduos se preocupam com a avaliação dos outros, a associação negativa dificilmente refletirá indiferença pela própria imagem, sendo mais compatível com uma dificuldade em regular a autoapresentação ou com a hipótese de estas escalas captarem, em parte, estabilidade emocional e autocontrolo (Uziel, 2010), características em que uma dimensão marcada pela emotividade negativa (Miller et al., 2008) tende a pontuar baixo.

Contrariamente ao esperado, o *Fator 1* também se associou negativamente à *desejabilidade social*, independentemente do *Fator 2*. Associações semelhantes foram descritas por Debowska e colaboradores (2019) e Freeman e Samson (2012) entre as facetas de

manipulação interpessoal e de *afeto insensível* da SRP e a *gestão da impressão*, sugerindo que a discrepância face aos estudos que não encontraram associação poderá depender do instrumento. Consistentemente, a associação observada neste estudo foi mais forte na SRP-SF do que na LSRP, tanto com a MCSDS-SF como com a EDS-20: os itens do *Fator 1* da SRP-SF descrevem atitudes mais explícitas e socialmente indesejáveis (e.g., ausência de culpa por magoar os outros), com as quais quem tende a uma autoapresentação favorável poderá mostrar maior relutância em concordar.

A associação negativa do *Fator 1* com a *desejabilidade social* também poderá relacionar-se com o conteúdo dos instrumentos. A *audácia* (*boldness*), associada a ajustamento psicológico, poderia favorecer associações nulas ou positivas com a *desejabilidade social*, mas nem a SRP nem a PCL-R contemplam as características de ajustamento positivo descritas por Cleckley, como a baixa ansiedade e a imunidade ao stress (Wallace et al., 2022). Numa amostra comunitária portuguesa, a *psicopatia primária* da LSRP correlacionou-se fortemente com a *maldade* (*meanness*; r = .63) e fracamente com a *audácia* (r = .20), apresentando um défice empático alargado semelhante ao da maldade (Campos et al., 2023). É, assim, provável que o *Fator 1* de ambas as medidas capte sobretudo a maldade, e não a componente mais adaptativa que poderia atenuar a associação com a *desejabilidade social*.

Adicionalmente, as escalas de *desejabilidade social* também poderão medir traços adaptativos, como o *autocontrolo*, a *conscienciosidade* e a *amabilidade* (McCrae & Costa, 1983; Uziel, 2010). Uma vez que a psicopatia se associa negativamente à *amabilidade* e à *conscienciosidade* (Miller et al., 2008; Seara-Cardoso et al., 2020), a associação observada poderá refletir, em parte, diferenças genuínas de personalidade, e não apenas menor enviesamento. Neste sentido, Glaser (2013) verificou que a *gestão da impressão* se correlacionava positivamente com a *empatia autorrelatada*, e a *psicopatia primária* associa-se a défices de *empatia cognitiva* e *afetiva* (Campos et al., 2023). É também possível que indivíduos com traços psicopáticos mais vincados sintam menor necessidade de negar pequenos defeitos, por indiferença à aprovação alheia. Estes resultados sugerem que a relação entre psicopatia e *desejabilidade social* não se restringe ao *Fator 2* e que a sua interpretação depende do instrumento e do significado atribuído às escalas de *desejabilidade social*.

Os resultados também não confirmam a hipótese de que o *sexo* modera a relação entre o *Fator 1* da psicopatia e a *desejabilidade social*, dado que essa relação foi semelhante em homens e mulheres. A hipótese assumia que traços como a *insensibilidade* e a *manipulação*, sendo menos aceites nas mulheres, levariam aquelas que apresentam níveis mais elevados

destes traços a uma autoapresentação mais favorável. Contudo, a associação teve o mesmo sentido e magnitude semelhante nos dois sexos, i.e., negativa e elevada na SRP-SF, fraca e não significativa na LSRP, sugerindo que, pelo menos em autorrelato, a relação destes traços da psicopatia com a *desejabilidade social* não depende do *sexo*.

É de notar, porém, que a deteção de efeitos de interação exige amostras maiores do que a de efeitos principais, dado que a sua magnitude é habitualmente pequena (McClelland & Judd, 1993), pelo que não é possível excluir um efeito moderador reduzido que a dimensão da presente amostra não tenha permitido detetar.

A relação entre o *Fator 1* e a *desejabilidade social* foi semelhante nos dois grupos, verificando-se apenas uma tendência não significativa na LSRP para uma associação mais forte na amostra comunitária. Esta semelhança não permite, por si só, distinguir as duas leituras possíveis, uma vez que tanto a dissimulação, que reduz as pontuações de psicopatia e eleva as de desejabilidade social, como uma componente substantiva destas escalas preveem uma associação negativa. Ainda assim, o facto de a associação ser igualmente forte na amostra comunitária, que respondeu de forma anónima, *online* e sem consequências associadas às respostas, sugere que esta não depende apenas da motivação para uma autoapresentação favorável, sendo compatível com a hipótese de as escalas de desejabilidade social captarem também traços adaptativos de personalidade (Uziel, 2010; Verschuere et al., 2014). Em contexto prisional, é possível que ambos os mecanismos coexistam. A tendência observada na LSRP poderá relacionar-se com o facto de esta escala ter sido desenvolvida para amostras não forenses (Levenson et al., 1995) e funcionar de forma diferente em contexto prisional, devendo ser aprofundada em estudos futuros com amostras de maior dimensão.

Como esperado, os homens apresentaram pontuações mais elevadas de psicopatia do que as mulheres em quase todas as medidas. Este resultado é consistente com a literatura, que identifica este padrão de diferenças entre sexos como um dos achados mais robustos neste domínio (e.g., Miller et al., 2008; Seara-Cardoso et al., 2020). Estas diferenças mantiveram-se controlando o *grupo*, a *idade* e a *escolaridade*, mas o tamanho dos efeitos foi pequeno a moderado e, na LSRP, as diferenças na *psicopatia primária* e no total ficaram próximas do limiar de significância após a correção para comparações múltiplas, devendo ser interpretadas com prudência.

A exceção foi a *psicopatia secundária* da LSRP, replicando o resultado obtido por Campos e colaboradores (2023) numa amostra comunitária portuguesa e por Miller e

colaboradores (2008), que encontraram diferenças na *psicopatia primária* mas não na *psicopatia secundária* da LSRP. Este resultado parece refletir uma característica da subescala, e não da presente amostra. Com efeito, esta subescala associa-se fortemente ao *neuroticismo*, em particular às facetas de *depressão*, *vulnerabilidade* e *autoconsciência*, refletindo uma componente de emotividade negativa e desregulação emocional mais acentuada do que outras medidas do *Fator 2* (Miller et al., 2008). Em amostras comunitárias portuguesas, a *psicopatia secundária* da LSRP associou-se a mais *alexitimia* e *empatia afetiva* (Campos et al., 2023) e a mais medos, sobretudo sociais (Coelho et al., 2025). Como as mulheres tendem a apresentar mais emotividade negativa, esta componente poderá contrabalançar as diferenças esperadas na *impulsividade* e no *comportamento antissocial*. Pelo contrário, o *Fator 2* da SRP-SF, com comportamentos antissociais explícitos e de risco, refletiu maior diferença entre sexos, reforçando que a magnitude destas diferenças depende do conteúdo de cada instrumento.

Também em linha com o esperado, a amostra forense apresentou uma pontuação total de psicopatia superior à dos participantes comunitários em ambas as medidas, o que é consistente com a maior prevalência de traços psicopáticos em contexto forense, mas o padrão por fatores divergiu entre instrumentos. Na SRP-SF, a diferença deveu-se exclusivamente ao *Fator 2*, como previsto, o que é congruente com a ideia de que as amostras forenses e comunitárias diferem sobretudo na extensão do comportamento antissocial, e não nos traços interpessoais e afetivos, que se distribuem de forma contínua na população geral (Seara-Cardoso et al., 2020). É de realçar que o *Fator 2* da SRP-SF inclui itens de comportamentos antissociais e criminais explícitos, necessariamente mais frequentes em contexto prisional. Seara-Cardoso e colaboradores (2020) referem, aliás, que o item relativo à prática de um crime tende a ser omitido em amostras forenses e o relativo à atividade de gangues em amostras comunitárias, dada a sua reduzida variabilidade. Parte da diferença poderá, assim, refletir uma sobreposição entre o conteúdo da escala e o critério que define os grupos.

Esta interpretação é reforçada por Boduszek e colaboradores (2021), que compararam reclusos, adultos recrutados da comunidade, estudantes universitários e adolescentes numa escala sem itens de comportamento criminal ou antissocial, a *Psychopathic Personality Traits Scale*. Os reclusos não diferiram dos restantes grupos na componente afetiva, revelaram défices apenas ligeiramente superiores na componente cognitiva e pontuaram mesmo mais baixo na manipulação interpessoal, sendo a proporção no perfil de psicopatia elevada praticamente idêntica à dos estudantes (cerca de 7%). Os autores concluem que a prevalência da psicopatia forense poderá ter sido sobrestimada pela inclusão de itens criminais. Na mesma linha, numa

amostra prisional espanhola, a PCL-R, que inclui uma faceta antissocial, relacionou-se fortemente com a prática de crimes, ao contrário da *Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality* (CAPP), uma medida centrada na personalidade (Flórez et al., 2019). Acresce que a SRP-SF não demonstrou invariância fatorial entre reclusos e estudantes, o que foi atribuído aos itens criminais e antissociais (Debowska et al., 2017, citado por Debowska et al., 2019). Estes dados sugerem que as diferenças entre amostras forenses e comunitárias concentram-se nas componentes comportamentais, congruentemente com a ausência de diferenças entre amostras no *Fator 1* da SRP-SF.

Na LSRP, pelo contrário, a diferença verificou-se na *psicopatia primária*, distinguindo-se os reclusos sobretudo por *egocentrismo* e *orientação manipuladora*. Este resultado poderá relacionar-se com o facto de a subescala de *psicopatia primária* da LSRP, embora concebida para avaliar traços interpessoais e afetivos, se associar ao comportamento antissocial de forma semelhante ao *Fator 2* (Miller et al., 2008), e de a LSRP ter sido desenvolvida para amostras não forenses (Levenson et al., 1995), podendo funcionar de forma diferente em contexto prisional. Além disso, a análise de sensibilidade mostrou que sem covariáveis, a *psicopatia secundária* da LSRP também diferiu entre grupos, tendo a *escolaridade* sido um preditor significativo das três escalas da LSRP, o que sugere que parte das diferenças se deve às condições socioeducativas de cada grupo, e não apenas à reclusão. Por outro lado, quando os grupos diferem acentuadamente nas covariáveis, o ajustamento pode remover parte das diferenças reais (Miller & Chapman, 2001), pelo que nenhuma das análises deve ser considerada isoladamente.

A interpretação destas diferenças deve ainda considerar a *desejabilidade social*. Os reclusos apresentaram pontuações mais elevadas do que a amostra comunitária na MCSDS-SF e na EDS-20 (Anexo B), próximas, nesta última, das normas portuguesas para a população prisional, o que é consistente com uma maior pressão para uma autoapresentação favorável em contexto prisional (Almiro et al., 2017). Se os reclusos se apresentaram de forma mais favorável, poderão ter subestimado os seus traços psicopáticos, sendo as diferenças observadas uma estimativa conservadora; o mesmo padrão explica a atenuação da associação da *desejabilidade social* na amostra conjunta.

Estas diferenças não foram, contudo, testadas formalmente e poderão refletir também as diferentes condições de aplicação (papel e presença da investigadora vs. anonimato *online*). Acresce que o significado destas pontuações poderá diferir entre contextos. Davis e colaboradores (2012) verificaram que os reclusos do sexo masculino que pontuavam mais alto

em *gestão da impressão* expressavam menos atitudes antissociais, mas tinham maior probabilidade de estar condenados pelos crimes moralmente mais graves, como o homicídio e os crimes sexuais, e de cumprir penas mais longas. Em contexto prisional, pontuações elevadas poderão, assim, refletir sobretudo a motivação para transmitir uma imagem virtuosa, aplicando-se a leitura em termos de traços adaptativos destas escalas (Uziel, 2010) melhor à amostra comunitária do que à forense.

Em suma, a dimensão da psicopatia que distingue as amostras forense e comunitária depende do instrumento e das condições de avaliação, o que reforça que as diferentes medidas de autorrelato, apesar de avaliarem constructos teoricamente equivalentes, não são permutáveis, e que a sua interpretação em contexto forense deve considerar o papel da *desejabilidade social*.

Limitações e Investigações Futuras

Este estudo não está isento de limitações. A principal limitação prende-se com as condições de aplicação, que diferiram entre grupos: os reclusos responderam em formato de papel e lápis, na presença da investigadora e com ordem fixa dos instrumentos por ser em formato de papel e facilitar numa questão de logística, enquanto os participantes da comunidade responderam de forma anónima e *online*, em ordem aleatorizada. A ordem fixa impede excluir efeitos de ordem no grupo forense. Num estudo sobre *desejabilidade social*, esta diferença é particularmente relevante, pois o efeito do *grupo* fica confundido com o modo de aplicação. Estudos futuros deverão aplicar os instrumentos em condições equivalentes ou manipular experimentalmente o grau de anonimato.

Em segundo lugar, o desenho transversal e a amostragem por conveniência impedem conclusões causais e limitam a generalização. A amostra forense provém de apenas três estabelecimentos prisionais, a maioria dos participantes residia no Norte, o acesso a reclusas foi condicionado pelo reduzido número de estabelecimentos prisionais femininos, e a perda de 62 participantes na amostra comunitária poderá ter selecionado os mais motivados. Em estudos futuros será conveniente implementar desenhos longitudinais e recrutar participantes de outros estabelecimentos prisionais, para garantir amostras amplas e representativas, que permitam também detetar efeitos de moderação de menor magnitude.

Em terceiro lugar, os grupos diferiram na *idade* e na *escolaridade*, sendo que algumas conclusões dependem do ajustamento para estas variáveis. Adicionalmente, o consumo de substâncias não foi avaliado e merece atenção: numa amostra prisional espanhola, apenas 9.8%

dos reclusos referiu não consumir qualquer substância, e o consumo associou-se sobretudo ao *Fator 2* da PCL-R, designadamente às facetas de estilo de vida e antissocial (Flórez et al., 2019), podendo explicar parte das diferenças no *Fator 2* entre grupos.

Em quarto lugar, o recurso exclusivo ao autorrelato poderá não refletir o funcionamento real dos participantes, sobretudo em contexto prisional. Por exemplo, não foram incluídos itens de controlo da atenção, pelo que parte dos reclusos pode ter preenchido os questionários de forma menos atenta do que os demais participantes. Investigações futuras deverão incluí-los, ou usar critérios baseados no tempo de resposta para identificar respostas de esforço insuficiente (Huang et al., 2012; Maniaci & Rogge, 2014), e combinar o autorrelato com heteroavaliação.

Em quinto lugar, há limitações relativas aos próprios instrumentos: a versão portuguesa da MCSDS-SF foi estudada com adolescentes, a da LSRP não dispõe de estudo psicométrico publicado e a subescala de *psicopatia secundária* da LSRP revelou consistência interna questionável, em linha com a literatura (Miller et al., 2008) e com o obtido com a mesma versão portuguesa numa amostra comunitária (Campos et al., 2023), o que reforça a necessidade de mais estudos psicométricos destes instrumentos na população portuguesa. Adicionalmente, seria útil utilizar medidas de *desejabilidade social* que distingam a *gestão da impressão* do *autoengano ilusório* (Paulhus, 1984), bem como modelos alternativos de psicopatia, como o triárquico (Paiva et al., 2020). Por fim, a opção pelas correlações parciais foi tomada após a observação dos dados, e verificou-se heterogeneidade das variâncias na SRP-SF, ainda que os resultados se tenham mantido com erros-padrão robustos à heterocedasticidade, o que deve ser considerado na interpretação.

Apesar das limitações acima enunciadas, este estudo tem implicações relevantes. Na avaliação forense, os resultados sugerem que corrigir as pontuações de psicopatia com base na *desejabilidade social* poderá remover variância associada a traços adaptativos de personalidade, e não apenas enviesamento, e que pontuações elevadas de *desejabilidade social* em reclusos devem ser interpretadas com cautela. Na investigação, mostram que a escolha do instrumento condiciona as conclusões e que a combinação de amostras forenses e comunitárias exige o controlo do *grupo*.

Conclusão

O presente estudo analisou a relação entre *psicopatia* e *desejabilidade social* em amostras forense e comunitária. Ambos os fatores da *psicopatia* associaram-se negativamente à *desejabilidade social*, contrariando a ideia de que esta relação se restringe ao *Fator 2*. Não se encontrou evidência de que a associação do Fator 1 diferisse entre homens e mulheres, nem de que as associações diferissem entre reclusos e participantes da comunidade. Confirmaram-se ainda níveis mais elevados de psicopatia nos homens do que nas mulheres, bem como nos reclusos do que em participantes recrutados da comunidade, embora o tamanho das diferenças entre amostras tenha dependido, igualmente, do instrumento.

Em síntese, estes resultados sugerem que a relação entre *psicopatia* e *desejabilidade social* é mais abrangente e complexa do que tem sido assumido. A sua interpretação depende das medidas, da composição da amostra e do significado atribuído às escalas de *desejabilidade social*, que poderão refletir não apenas enviesamento de resposta, mas também traços adaptativos de personalidade. Metodologicamente, os resultados obtidos revelam a importância de controlar o contexto de pertença ao combinar amostras forenses e comunitárias na investigação. Aplicados à psicologia clínica ou forense, alertam para a necessidade de cautela no uso da *desejabilidade social* para corrigir ou invalidar pontuações de psicopatia, sobretudo em contexto forense, reforçando a importância de uma avaliação multimétodo e de uma escolha criteriosa dos instrumentos.

Referências

Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Sage.

Almiro, P. A., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Silvestre, M. J., Perdiz, C., Dias, I. S., Gonçalves, S., Sousa, L. B., & Simões, M. R. (2017). Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20). In M. R. Simões, L. S. Almeida, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* (pp. 335–352). Pactor.

Baird, S. A. (2002). The links between primary and secondary psychopathy and social adaptation. *Colgate University Journal of the Sciences, 34*, 61–82.

Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports, 71*(3), 1155–1160. https://doi.org/10.2466/pr0.1992.71.3f.1155

Baptista, B. (2016). *Estudos de validação de duas escalas de avaliação da desejabilidade social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. https://hdl.handle.net/10316/35371

Barbosa, F., Gonçalves, S., Almeida, P. R., Ferreira-Santos, F., & Marques-Teixeira, J. (2014). *The Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRPS): Translation and adaptation to European Portuguese* [Relatório técnico]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/85347

Boduszek, D., Debowska, A., Sherretts, N., Willmott, D., Boulton, M., Kielkiewicz, K., Popiolek, K., & Hyland, P. (2021). Are prisoners more psychopathic than non-forensic populations? Profiling psychopathic traits among prisoners, community adults, university students, and adolescents. *Deviant Behavior, 42*(2), 232–244. https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1665221

Book, A. S., Holden, R. R., Starzyk, K. B., Wasylkiw, L., & Edwards, M. J. (2006). Psychopathic traits and experimentally induced deception in self-report assessment. *Personality and Individual Differences, 41*(4), 601–608. https://doi.org/10.1016/j.paid.2006.02.011

Cale, E. M., & Lilienfeld, S. O. (2002). Sex differences in psychopathy and antisocial personality disorder: A review and integration. *Clinical Psychology Review, 22*(8), 1179–1207. https://doi.org/10.1016/S0272-7358(01)00125-8

Campos, C., Rocha, N. B., & Barbosa, F. (2023). Dissociating cognitive and affective empathy across psychopathy dimensions: The role of interoception and alexithymia. *Frontiers in Psychology, 14*, Artigo 1082965. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1082965

Chiorri, C., Garofalo, C., & Velotti, P. (2019). Does the Dark Triad manifest similarly in men and women? Measurement invariance of the Dirty Dozen across sex. *Current Psychology, 38*(3), 659–675. https://doi.org/10.1007/s12144-017-9641-5

Cima, M., & van Oorsouw, K. (2013). The relationship between psychopathy and crime-related amnesia. *International Journal of Law and Psychiatry, 36*(1), 23–29. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2012.11.004

Cleckley, H. (1976). *The mask of sanity* (5.ª ed.). Mosby.

Coelho, C. M., Araújo, A. S., Suttiwan, P., Barbosa, F., Bento, T., & Zsido, A. N. (2025). Psychopathy: What are fearless people afraid of? *Frontiers in Psychiatry, 16*, Artigo 1574813. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2025.1574813

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2.ª ed.). Lawrence Erlbaum Associates.

Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349–354. https://doi.org/10.1037/h0047358

Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1964). *The approval motive: Studies in evaluative dependence*. Wiley.

Davis, C. G., Thake, J., & Weekes, J. R. (2012). Impression managers: Nice guys or serious criminals? *Journal of Research in Personality, 46*(1), 26–31. https://doi.org/10.1016/j.jrp.2011.11.001

Debowska, A., Boduszek, D., & Woodfield, R. (2019). The PCL-R family of psychopathy measures: Dimensionality and predictive utility of the PCL-R, PCL:SV, PCL:YV, SRP-III, and SRP-SF. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 225–240). Routledge.

Edens, J. F., Buffington, J. K., & Tomicic, T. L. (2000). An investigation of the relationship between psychopathic traits and malingering on the Psychopathic Personality Inventory. *Assessment, 7*(3), 281–296. https://doi.org/10.1177/107319110000700307

Edens, J. F., Buffington, J. K., Tomicic, T. L., & Riley, B. D. (2001). Effects of positive impression management on the Psychopathic Personality Inventory. *Law and Human Behavior, 25*(3), 235–256. https://doi.org/10.1023/A:1010793810896

Fisher, P. A., Robie, C., Christiansen, N. D., & Komar, S. (2018). The impact of psychopathy and warnings on faking behavior: A multisaturation perspective. *Personality and Individual Differences, 127*, 39–43. https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.01.033

Flórez, G., Ferrer, V., García, L. S., Crespo, M. R., Pérez, M., & Saiz, P. A. (2019). Personality disorders, addictions and psychopathy as predictors of criminal behaviour in a prison sample. *Revista Española de Sanidad Penitenciaria, 21*(2), 62–79. https://doi.org/10.4321/s1575-06202019000200002

Folger, L. F. (2022). *Does insufficient effort responding account for the relationship between psychopathy and social desirability?* [Dissertação de mestrado, Georgia Southern University]. Georgia Southern Commons. https://digitalcommons.georgiasouthern.edu/etd/2376

Forouzan, E., & Cooke, D. J. (2005). Figuring out la femme fatale: Conceptual and assessment issues concerning psychopathy in females. *Behavioral Sciences & the Law, 23*(6), 765–778. https://doi.org/10.1002/bsl.669

Forth, A. E., Brown, S. L., Hart, S. D., & Hare, R. D. (1996). The assessment of psychopathy in male and female noncriminals: Reliability and validity. *Personality and Individual Differences, 20*(5), 531–543. https://doi.org/10.1016/0191-8869(95)00221-9

Freeman, J., & Samson, F. (2012). Are you telling the truth? Psychopathy assessment and impression management in a community sample. *The Open Criminology Journal, 5*(1), 16–23. https://doi.org/10.2174/1874917801205010016

Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The Dark Triad of personality: A 10 year review. *Social and Personality Psychology Compass, 7*(3), 199–216. https://doi.org/10.1111/spc3.12018

George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference, 11.0 update* (4.ª ed.). Allyn & Bacon.

Gignac, G. E. (2019). *How2statsbook* (Online Edition 1). https://www.how2statsbook.com

Gignac, G. E., & Szodorai, E. T. (2016). Effect size guidelines for individual differences researchers. *Personality and Individual Differences, 102*, 74–78. https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.06.069

Glaser, M. K. (2013). *A comparison of primary and secondary psychopathy in the prediction of explicit and implicit measures of empathy* [Dissertação de mestrado, University of Dayton]. eCommons. https://ecommons.udayton.edu/graduate_theses/609

Grann, M. (2000). The PCL-R and gender. *European Journal of Psychological Assessment, 16*(3), 147–149. https://doi.org/10.1027//1015-5759.16.3.147

Grijalva, E., Newman, D. A., Tay, L., Donnellan, M. B., Harms, P. D., Robins, R. W., & Yan, T. (2015). Gender differences in narcissism: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 141*(2), 261–310. https://doi.org/10.1037/a0038231

Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist–Revised*. Multi-Health Systems.

Hare, R. D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist–Revised* (2.ª ed.). Multi-Health Systems.

Hayes, A. F., & Cai, L. (2007). Using heteroskedasticity-consistent standard error estimators in OLS regression: An introduction and software implementation. *Behavior Research Methods, 39*(4), 709–722. https://doi.org/10.3758/BF03192961

Holden, R. R., Kroner, D. G., Fekken, G. C., & Popham, S. M. (1992). A model of personality test item response dissimulation. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*(2), 272–279. https://doi.org/10.1037/0022-3514.63.2.272

Holden, R. R., & Passey, J. (2010). Socially desirable responding in personality assessment: Not necessarily faking and not necessarily substance. *Personality and Individual Differences, 49*(5), 446–450. https://doi.org/10.1016/j.paid.2010.04.015

Holm, S. (1979). A simple sequentially rejective multiple test procedure. *Scandinavian Journal of Statistics, 6*(2), 65–70.

Huang, J. L., Curran, P. G., Keeney, J., Poposki, E. M., & DeShon, R. P. (2012). Detecting and deterring insufficient effort responding to surveys. *Journal of Business and Psychology, 27*(1), 99–114. https://doi.org/10.1007/s10869-011-9231-8

Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2010). Differentiating the Dark Triad within the interpersonal circumplex. In L. M. Horowitz & S. Strack (Eds.), *Handbook of interpersonal psychology: Theory, research, assessment, and therapeutic interventions* (pp. 249–269). Wiley.

Karpman, B. (1941). On the need of separating psychopathy into two distinct clinical types: The symptomatic and the idiopathic. *Journal of Criminal Psychopathology, 3*, 112–137.

Kay, C. S., & Saucier, G. (2020). Deviating from the social consensus: Relations among the Dark Triad, moral normativity, and general social normativity. *Personality and Individual Differences, 159*, Artigo 109889. https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.109889

Klimstra, T. A., Sijtsema, J. J., Henrichs, J., & Cima, M. (2014). The Dark Triad of personality in adolescence: Psychometric properties of a concise measure and associations with adolescent adjustment from a multi-informant perspective. *Journal of Research in Personality, 53*, 84–92. https://doi.org/10.1016/j.jrp.2014.09.001

Kowalski, C. M., Rogoza, R., Vernon, P. A., & Schermer, J. A. (2018). The Dark Triad and the self-presentation variables of socially desirable responding and self-monitoring. *Personality and Individual Differences, 120*, 234–237. https://doi.org/10.1016/j.paid.2017.09.007

Kreis, M. K. F., & Cooke, D. J. (2011). Capturing the psychopathic female: A prototypicality analysis of the Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality (CAPP) across gender. *Behavioral Sciences & the Law, 29*(5), 634–648. https://doi.org/10.1002/bsl.1003

Kropp, P. R. (1994). *The relationship between psychopathy and malingering of mental illness* [Tese de doutoramento não publicada]. Simon Fraser University.

Kropp, P. R., & Rogers, R. (1993). Understanding malingering: Motivation, method, and detection. In M. Lewis & C. Saarni (Eds.), *Lying and deception in everyday life* (pp. 201–216). Guilford Press.

Kuder, G. F., & Richardson, M. W. (1937). The theory of the estimation of test reliability. *Psychometrika, 2*(3), 151–160. https://doi.org/10.1007/BF02288391

Lakens, D., Scheel, A. M., & Isager, P. M. (2018). Equivalence testing for psychological research: A tutorial. *Advances in Methods and Practices in Psychological Science, 1*(2), 259–269. https://doi.org/10.1177/2515245918770963

Levenson, M. R., Kiehl, K. A., & Fitzpatrick, C. M. (1995). Assessing psychopathic attributes in a noninstitutionalized population. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*(1), 151–158. https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.1.151

Lilienfeld, S. O., & Andrews, B. P. (1996). Development and preliminary validation of a self-report measure of psychopathic personality traits in noncriminal populations. *Journal of Personality Assessment, 66*(3), 488–524. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa6603_3

Lilienfeld, S. O., & Arkowitz, H. (2008). What "psychopath" means. *Scientific American Mind, 18*(6), 90–91.

Lilienfeld, S. O., & Fowler, K. A. (2006). The self-report assessment of psychopathy: Problems, pitfalls, and promises. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 107–132). Guilford Press.

Lynam, D. R., Whiteside, S., & Jones, S. (1999). Self-reported psychopathy: A validation study. *Journal of Personality Assessment, 73*(1), 110–132. https://doi.org/10.1207/S15327752JPA730108

MacNeil, B. M., & Holden, R. R. (2006). Psychopathy and the detection of faking on self-report inventories of personality. *Personality and Individual Differences, 41*(4), 641–651. https://doi.org/10.1016/j.paid.2006.03.004

Mahmut, M. K., Homewood, J., & Stevenson, R. J. (2008). The characteristics of non-criminals with high psychopathy traits: Are they similar to criminal psychopaths? *Journal of Research in Personality, 42*(3), 679–692. https://doi.org/10.1016/j.jrp.2007.09.002

Maniaci, M. R., & Rogge, R. D. (2014). Caring about carelessness: Participant inattention and its effects on research. *Journal of Research in Personality, 48*, 61–83. https://doi.org/10.1016/j.jrp.2013.09.008

Marques, A. P. (2016). *Estudos de validação de duas escalas de avaliação da desejabilidade social – DESCA e EDS-20 – numa amostra da população geral* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. https://hdl.handle.net/10316/35386

McClelland, G. H., & Judd, C. M. (1993). Statistical difficulties of detecting interactions and moderator effects. *Psychological Bulletin, 114*(2), 376–390. https://doi.org/10.1037/0033-2909.114.2.376

McCrae, R. R., & Costa, P. T., Jr. (1983). Social desirability scales: More substance than style. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 51*(6), 882–888. https://doi.org/10.1037/0022-006X.51.6.882

McHoskey, J. W., Worzel, W., & Szyarto, C. (1998). Machiavellianism and psychopathy. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*(1), 192–210. https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.1.192

Miller, G. A., & Chapman, J. P. (2001). Misunderstanding analysis of covariance. *Journal of Abnormal Psychology, 110*(1), 40–48. https://doi.org/10.1037/0021-843X.110.1.40

Miller, J. D., Gaughan, E. T., & Pryor, L. R. (2008). The Levenson Self-Report Psychopathy Scale: An examination of the personality traits and disorders associated with the LSRP factors. *Assessment, 15*(4), 450–463. https://doi.org/10.1177/1073191108316888

Mills, J. F., & Kroner, D. G. (2006). Impression management and self-report among violent offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 21*(2), 178–192. https://doi.org/10.1177/0886260505282288

Mills, J. F., Loza, W., & Kroner, D. G. (2003). Predictive validity despite social desirability: Evidence for the robustness of self-report among offenders. *Criminal Behaviour and Mental Health, 13*(2), 140–150. https://doi.org/10.1002/cbm.536

Moltó, J., Poy, R., & Torrubia, R. (2000). Standardization of the Hare Psychopathy Checklist–Revised in a Spanish prison sample. *Journal of Personality Disorders, 14*(1), 84–96. https://doi.org/10.1521/pedi.2000.14.1.84

Nentjes, L., Bernstein, D. P., Arntz, A., Slaats, M. E., & Hannemann, T. (2015). Theory of mind, social desirability, and unlikely symptom reporting in offenders with and without psychopathy. *Journal of Nervous and Mental Disease, 203*(8), 596–603. https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000000335

Niesten, I. J. M., Nentjes, L., Merckelbach, H., & Bernstein, D. P. (2015). Antisocial features and "faking bad": A critical note. *International Journal of Law and Psychiatry, 41*, 34–42. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2015.03.005

Paiva, T. O., Pasion, R., Patrick, C. J., Moreira, D., Almeida, P. R., & Barbosa, F. (2020). Further evaluation of the Triarchic Psychopathy Measure: Evidence from community adult and prisoner samples from Portugal. *Psychological Assessment, 32*(3), e1–e14. https://doi.org/10.1037/pas0000797

Patrick, C. J. (1994). Emotion and psychopathy: Startling new insights. *Psychophysiology, 31*(4), 319–330.

Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology, 21*(3), 913–938. https://doi.org/10.1017/S0954579409000492

Patrick, C. J., & Iacono, W. G. (1989). Psychopathy, threat, and polygraph test accuracy. *Journal of Applied Psychology, 74*(2), 347–355. https://doi.org/10.1037/0021-9010.74.2.347

Paulhus, D. L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology, 46*(3), 598–609. https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.3.598

Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H. I. Braun, D. N. Jackson, & D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49–69). Lawrence Erlbaum Associates.

Paulhus, D. L., Neumann, C. S., & Hare, R. D. (2016). *Manual for the Self-Report Psychopathy Scale* (4.ª ed.). Multi-Health Systems.

Pechorro, P., Vieira, R. X., Poiares, C., & Marôco, J. (2012). Contributos para a validação duma versão curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne com adolescentes portugueses. *Arquivos de Medicina, 26*(3), 103–108.

Poythress, N. G., Edens, J. F., & Lilienfeld, S. O. (1998). Criterion-related validity of the Psychopathic Personality Inventory in a prison sample. *Psychological Assessment, 10*(4), 426–430. https://doi.org/10.1037/1040-3590.10.4.426

Poythress, N. G., Edens, J. F., & Watkins, M. M. (2001). The relationship between psychopathic personality features and malingering symptoms of major mental illness. *Law and Human Behavior, 25*(6), 567–582.

Raskin, D. C., & Hare, R. D. (1978). Psychopathy and detection of deception in a prison population. *Psychophysiology, 15*(2), 126–136.

Ray, J. V., Hall, J., Rivera-Hudson, N., Poythress, N. G., Lilienfeld, S. O., & Morano, M. (2013). The relation between self-reported psychopathic traits and distorted response styles: A meta-analytic review. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment, 4*(1), 1–14. https://doi.org/10.1037/a0026482

Rogers, R. (Ed.). (2008). *Clinical assessment of malingering and deception* (3.ª ed.). Guilford Press.

Rogers, R., & Cruise, K. R. (2000). Malingering and deception among psychopaths. In C. B. Gacono (Ed.), *The clinical and forensic assessment of psychopathy: A practitioner's guide* (pp. 269–284). Lawrence Erlbaum Associates.

Rogers, R., Vitacco, M. J., Jackson, R. L., Martin, M., Collins, M., & Sewell, K. W. (2002). Faking psychopathy? An examination of response styles with antisocial youth. *Journal of Personality Assessment, 78*(1), 31–46. https://doi.org/10.1207/S15327752JPA7801_03

Rudman, L. A., Moss-Racusin, C. A., Phelan, J. E., & Nauts, S. (2012). Status incongruity and backlash effects: Defending the gender hierarchy motivates prejudice against female leaders. *Journal of Experimental Social Psychology, 48*(1), 165–179. https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.10.008

Salekin, R. T., Rogers, R., & Sewell, K. W. (1997). Construct validity of psychopathy in a female offender sample: A multitrait–multimethod evaluation. *Journal of Abnormal Psychology, 106*(4), 576–585. https://doi.org/10.1037/0021-843X.106.4.576

Seara-Cardoso, A., Queirós, A., Fernandes, E., Coutinho, J., & Neumann, C. (2020). Psychometric properties and construct validity of the short version of the Self-Report Psychopathy Scale in a Southern European sample. *Journal of Personality Assessment, 102*(4), 457–468. https://doi.org/10.1080/00223891.2019.1617297

Seto, M. C., Khattar, N. A., Lalumière, M. L., & Quinsey, V. L. (1997). Deception and sexual strategy in psychopathy. *Personality and Individual Differences, 22*(3), 301–307.

Simões, M. R., Almiro, P. A., & Sousa, L. B. (2014). *Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20)*. Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria (PsyAssessmentLab), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Stålenheim, E. G., & von Knorring, L. (1998). Personality traits and psychopathy in a forensic psychiatric population. *European Journal of Psychiatry, 12*, 83–94.

Uziel, L. (2010). Rethinking social desirability scales: From impression management to interpersonally oriented self-control. *Perspectives on Psychological Science, 5*(3), 243–262. https://doi.org/10.1177/1745691610369465

Verona, E., Patrick, C. J., & Joiner, T. E. (2001). Psychopathy, antisocial personality, and suicide risk. *Journal of Abnormal Psychology, 110*(3), 462–470. https://doi.org/10.1037/0021-843X.110.3.462

Verschuere, B., Uzieblo, K., De Schryver, M., Douma, H., Onraedt, T., & Crombez, G. (2014). The inverse relation between psychopathy and faking good: Not response bias, but true variance in psychopathic personality. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 25*(6), 705–713. https://doi.org/10.1080/14789949.2014.952767

Wallace, L., Fido, D., Sumich, A. L., & Heym, N. (2022). A systematic review on the current conceptualisations of successful psychopathy. *Forensic Science International: Mind and Law, 3*, Artigo 100076. https://doi.org/10.1016/j.fsiml.2022.100076

Warren, J. I., Burnette, M. L., South, S. C., Chauhan, P., Bale, R., Friend, R., & Van Patten, I. (2003). Psychopathy in women: Structural modeling and comorbidity. *International Journal of Law and Psychiatry, 26*(3), 223–242.

Wertag, A., Ribar, M., & Sučić, I. (2023). Theoretical models of Short Dark Tetrad (SD4) and its relationship with socially desirable responding: Findings on the Croatian version. *Primenjena Psihologija, 16*(1), 83–106. https://doi.org/10.19090/pp.v16i1.2426

Widom, C. S. (1977). A methodology for studying noninstitutionalized psychopaths. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 45*(4), 674–683. https://doi.org/10.1037/0022-006X.45.4.674

Wood, W., & Eagly, A. H. (2012). Biosocial construction of sex differences and similarities in behavior. *Advances in Experimental Social Psychology, 46*, 55–123. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-394281-4.00002-7

Wynn, R., Høiseth, M. H., & Pettersen, G. (2012). Psychopathy in women: Theoretical and clinical perspectives. *International Journal of Women's Health, 4*, 257–263. https://doi.org/10.2147/IJWH.S25518

Zagon, I. K., & Jackson, H. J. (1994). Construct validity of a psychopathy measure. *Personality and Individual Differences, 17*(1), 125–135.

Anexos

Anexo A

Consentimento informado

Informação para Participantes

Estudo: Relação entre traços de personalidade e desejabilidade social

Investigadora responsável: Marina Anjos

Contacto de e-mail: estudopsids2026@outlook.com

Contacto telefónico: [será indicado um número próprio para este estudo]

Este documento tem como objetivo fornecer informação sobre o estudo para o qual foi convidado/a a participar. Este estudo está a ser conduzido pelo Laboratório de Neuropsicofisiologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e recebeu parecer favorável da Comissão de Ética da mesma Faculdade.

Antes de decidir participar, poderá fazer todas as perguntas que quiser, de forma a compreender os aspetos do estudo que achar importantes. Pode guardar este documento, consultá-lo em qualquer altura e levar o tempo que necessitar para decidir participar ou não.

A sua participação neste estudo é completamente voluntária. Se aceitar participar e mudar de ideias pode desistir do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si.

Qual é o objetivo do estudo?

O objetivo deste estudo consiste em investigar a relação entre os certas características de personalidade e a desejabilidade social, ou seja, a tendência que as pessoas têm para responder ou para se comportar de maneira que é vista como positiva pelas outras pessoas, para causar boa impressão ou evitar julgamentos negativos por parte dos outros.

Em que consiste a minha participação?

A sua participação consiste no preenchimento de alguns questionários em formato impresso. Inicialmente responderá a um questionário breve para recolher de dados sociodemográficos, e, de seguida, irá responder a questionários, igualmente breves, sobre características de personalidade e desejabilidade social.

Todos os procedimentos são seguros, não se conhecem quaisquer riscos acrescidos para a saúde e não geram desconforto, com exceção de algum cansaço ocasional devido ao preenchimento dos questionários.

A recolha de dados tem uma duração aproximada de 25 minutos, podendo variar em função do ritmo de cada pessoa. Pode decidir desistir em qualquer momento, sem que seja necessária qualquer justificação e sem que isso acarrete quaisquer consequências negativas.

Tenho algum benefício em participar?

Não existem benefícios diretos para o/as participantes. No entanto, os resultados deste estudo podem contribuir para o avanço do conhecimento sobre a forma como certas características da nossa personalidade se relacionam com a desejabilidade social, ajudando profissionais da área da psicologia, criminologia e justiça na compreensão destes aspetos.

Os resultados deste estudo serão publicados e divulgados?

Os dados recolhidos poderão ser utilizados, de forma anónima, para: apresentação em congressos científicos e eventos afins; publicação em revistas científicas; disponibilização em arquivos de dados de investigação científica com acesso privado ou aberto; dissertações, teses ou outros trabalhos de investigação que possam vir a estar relacionados com este estudo. Em qualquer dos casos, só serão publicados resultados de grupo, que não permitirão identificá-lo/a.

Terei acesso aos meus resultados?

Não. Apenas serão conhecidos os resultados gerais no final do estudo, uma vez que serão recolhidos de forma anónima. **Caso tenha interesse nesses resultados globais poderá solicitá-los aos respetivos técnicos de educação após a conclusão do estudo, prevista para julho de 2026.**

Como se protege a confidencialidade dos meus dados?

Os dados serão recolhidos de forma anónima, não se solicitando informação que permita a sua identificação direta, como nome ou contactos, e só os investigadores do estudo poderão aceder aos dados individuais das participantes, nomeadamente aos dados sociodemográficos e dos restantes instrumentos. Contudo, uma vez que estes dados serão armazenados de forma anónima, não será possível identificar os seus dados individuais, para que possam ser fornecidos, retificados ou eliminados depois de recolhidos.

Se os dados do estudo forem partilhados, derem origem a artigos científicos, ou forem divulgados de qualquer outra forma, nunca serão divulgados dados que permitam a sua identificação.

Há interesses económicos neste estudo?

Não há quaisquer interesses económicos, nem fins lucrativos associados a esta investigação.

Quem poderá dar-me mais informações?

Além de esclarecimentos presenciais, pode contactar a investigadora responsável para qualquer esclarecimento adicional através do e-mail estudopsids2026@outlook.com ou do número de telefone XXXXXXXXX.

Muito obrigada pela sua participação!

Consentimento Informado

Estudo: "Relação entre traços de personalidade e desejabilidade social"

Eu, _____

- Li o documento de informação ao participante que me foi entregue e pude esclarecer com o/a investigador/a as dúvidas que tinha sobre o estudo, pelo que considero que recebi informação suficiente para uma participação informada.
- **Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir do estudo a qualquer momento, sem ter de dar explicações e sem que isso possa trazer-me quaisquer consequências negativas.**
- Aceito que se utilizem os meus dados nas condições descritas no documento de informação ao participante.
- Dou livremente o meu consentimento para participar no estudo.
- Compreendo que posso solicitar os resultados globais deste estudo, mas a anonimização dos dados após a recolha, impossibilita a retificação, eliminação ou fornecimento dos meus dados ou resultados individuais.

Participante:

_____

Investigador/a:

_____

Rua Alfredo Allen 4200-135 Porto PORTUGAL Telef: +351 226 079 700 FAX: +351 226 079 725 Web: www.fpce.up.pt

Anexo B

Estatísticas Descritivas e Testes de Normalidade na Amostra Total e por Grupo

Escala	Amostra	*M* (*DP*)	*W* (*p*)	Assimetria	Curtose
SRP-SF Fator 1	Total	26.95 (8.08)	.968 (< .001)	0.46	−0.42
	Forense	27.19 (8.72)	.964 (.005)	0.32	−0.75
	Comunitária	26.74 (7.52)	.963 (.001)	0.62	−0.01
SRP-SF Fator 2	Total	28.46 (9.53)	.917 (< .001)	1.05	0.77
	Forense	33.85 (10.23)	.962 (.003)	0.51	−0.34
	Comunitária	23.86 (5.79)	.933 (< .001)	1.11	2.31
SRP-SF Total	Total	55.40 (15.70)	.953 (< .001)	0.73	0.04
	Forense	61.03 (17.53)	.970 (.014)	0.31	−0.70
	Comunitária	50.60 (12.07)	.959 (< .001)	0.81	0.93
LSRP Primária	Total	30.54 (7.21)	.980 (.002)	0.24	−0.47
	Forense	33.75 (7.13)	.985 (.275)	−0.03	−0.27
	Comunitária	27.80 (6.08)	.971 (.007)	0.22	−0.87
LSRP Secundária	Total	20.66 (4.74)	.986 (.019)	0.36	0.05
	Forense	21.59 (4.99)	.990 (.578)	0.16	−0.32
	Comunitária	19.86 (4.38)	.980 (.058)	0.48	0.69
LSRP Total	Total	51.20 (10.20)	.992 (.211)	0.21	−0.21
	Forense	55.34 (10.53)	.990 (.560)	−0.05	−0.22
	Comunitária	47.66 (8.47)	.990 (.445)	0.04	−0.45
MCSDS-SF	Total	7.39 (2.76)	.969 (< .001)	−0.32	−0.50
	Forense	8.27 (2.59)	.952 (< .001)	−0.40	−0.59
	Comunitária	6.64 (2.69)	.972 (.009)	−0.28	−0.47
EDS-20	Total	10.16 (4.48)	.981 (.003)	0.08	−0.72
	Forense	11.56 (4.59)	.965 (.005)	−0.21	−0.82
	Comunitária	8.96 (4.02)	.982 (.091)	0.19	−0.38

Nota. Total: $N = 241$; forense: $n = 111$; comunitária: $n = 130$. W = estatística do teste de Shapiro-Wilk (graus de liberdade iguais à dimensão de cada amostra).

Anexo C

Correlações entre as Medidas de Psicopatia e de Desejabilidade Social em Cada Grupo

	Forense (n = 111)		Comunitária (n = 130)	
Escala	MCSDS-SF	EDS-20	MCSDS-SF	EDS-20
SRP-SF Fator 1	−.45 [−.60, −.28]	−.44 [−.61, −.26]	−.42 [−.56, −.26]	−.47 [−.59, −.33]
SRP-SF Fator 2	−.44 [−.57, −.29]	−.47 [−.61, −.32]	−.24 [−.39, −.08]	−.33 [−.47, −.18]
LSRP Primária	−.23 [−.38, −.08]	−.16 [−.32, .01]	−.33 [−.48, −.17]	−.37 [−.52, −.20]
LSRP Secundária	−.41 [−.56, −.22]	−.36 [−.52, −.19]	−.37 [−.50, −.23]	−.37 [−.50, −.24]

Nota. Coeficientes de correlação de Pearson, com IC a 95% entre parênteses retos, obtidos por *bootstrap* (5000 reamostragens; método dos percentis). As correlações por grupo foram calculadas para auxiliar a interpretação dos resultados da H1 e da H2. As diferenças entre grupos foram avaliadas pelo teste z de Fisher para correlações independentes; nenhuma foi significativa (todos $p \geq .089$).

Anexo D

Coeficientes dos Preditores no Modelo 1 das Regressões Hierárquicas (H3)

Modelo	Preditor	*B*	*EP*	β	*t*	*p*	IC 95% (*B*)
SRP-SF F1 → MCSDS-SF	Fator 1	−0.15	0.02	−.43	−7.63	< .001	[−0.19, −0.11]
	Sexo	−0.55	0.32	−.10	−1.76	.080	[−1.17, 0.07]
	Grupo	−1.63	0.31	−.30	−5.27	< .001	[−2.24, −1.02]
SRP-SF F1 → EDS-20	Fator 1	−0.25	0.03	−.45	−7.95	< .001	[−0.31, −0.19]
	Sexo	−0.70	0.51	−.08	−1.38	.169	[−1.70, 0.30]
	Grupo	−2.62	0.50	−.29	−5.25	< .001	[−3.60, −1.64]
LSRP PP → MCSDS-SF	Primária	−0.12	0.03	−.31	−4.62	< .001	[−0.17, −0.07]
	Sexo	−0.36	0.34	−.07	−1.08	.283	[−1.02, 0.30]
	Grupo	−2.29	0.36	−.41	−6.34	< .001	[−3.00, −1.58]
LSRP PP → EDS-20	Primária	−0.17	0.04	−.28	−4.16	< .001	[−0.26, −0.09]
	Sexo	−0.32	0.55	−.04	−0.58	.560	[−1.40, 0.76]
	Grupo	−3.59	0.59	−.40	−6.07	< .001	[−4.75, −2.42]

Nota. N = 241. Sexo: 0 = masculino, 1 = feminino; grupo: 0 = forense, 1 = comunitário. Fator 1 e psicopatia primária (PP) centrados na média. Modelos 1: $F(3, 237) = 28.88$, 30.28, 15.40 e 13.56, respetivamente, todos $p < .001$. *EP* = erro-padrão; IC = intervalo de confiança.